

Presidente da Comissão de Orçamento, Gilberto Mestrinho deve convocar reunião para esta quarta-feira a fim de votar relatórios. Congresso deve examinar proposta a partir do dia 16

Lula vai iniciar último ano de governo sem Orçamento



Plenário do Senado deve examinar propostas como a que disciplina a edição de medidas provisórias

Pela primeira vez, o governo Lula deve iniciar um exercício sem Orçamento aprovado. O Congresso ainda não foi chamado para votar a matéria: a Comissão Representativa vai ainda examinar créditos referentes a 2005. A convocação extraordinária prevê uma pauta de 65 itens na Câmara e 28 no Senado. Nesta quarta-feira, a CPI dos Correios apresenta um balanço de toda a investigação. Prosseguem os trabalhos das CPIs, da Comissão de Orçamento e do Conselho de Ética da Câmara.

PÁGINAS 2 A 7

cidadania

Tireóide: a glândula que parece borboleta exige muita atenção

PÁGINA 24

O drama dos índios guarani-caiovas, que não têm para onde ir

PÁGINA 15

Depoimento de Palocci na CPI dos Bingos fica para 2006

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

FORÇA AÉREA

Novidade no ar: frota da FAB será renovada com os Mirage 2000

Doze aviões franceses Mirage III da Força Aérea Brasileira, que operam desde 1972, podem ser substituídos em breve por aparelhos Mirage 2000 usados. O Plenário

do Senado vai examinar, em regime de urgência, projeto de decreto legislativo já aprovado pela Comissão de Relações Exteriores que autoriza a operação.

PÁGINA 14



Aeronaves Mirage 2000, da Força Aérea Francesa, devem ser transferidas em pouco tempo para a FAB

CONGRESSO

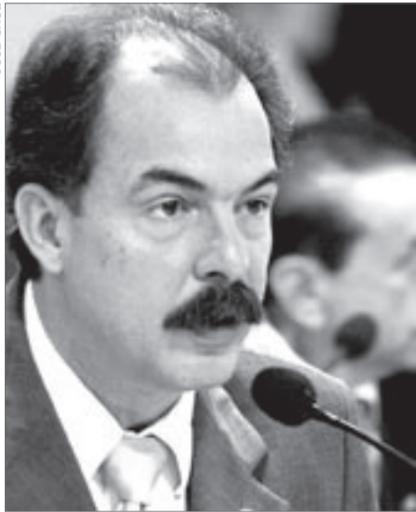
Novas regras para as medidas provisórias

A proposta de emenda à Constituição que disciplina a edição e a tramitação de medidas provisórias (MPs) deverá ser votada na convocação extraordinária do Congresso. Caso seja aprovada sem alterações, a PEC 72/05 segue diretamente para análise da Câmara, mas, se houver emendas de Plenário, volta antes para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A principal alteração proposta é a de que a medida provisória somente passará a ter força de lei depois da aprovação de sua admissibilidade pelo Congresso, mediante o reconhecimento da existência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Atualmente, a MP já tem força de lei logo após sua publicação no *Diário Oficial*, antes mesmo de ser analisada pelo Congresso Nacional.

Segundo o primeiro signatário da PEC, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as alterações propostas ao artigo 62 da Constituição pretendem restaurar o equilíbrio que deve existir entre o Congresso e o Executivo.

– Equilíbrio necessário até mesmo para cumprir o que estabelece o art. 2º da Constituição em vigor, qual seja, a existência



PEC inclui emenda de Mercadante que mantém interferência em contratos

Entre as vedações para a edição de medidas provisórias foram acrescentadas as matérias relativas a tributos, salvo na hipótese de redução ou extinção. O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), também proibia, em seu primeiro parecer, a edição de MP sobre projetos que versassem sobre contratos, mas acatou emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que ponderou sobre a necessidade de interferência do poder público para assegurar o cumprimento de algu-

mas regras contratuais.

Mudanças nas vedações para a edição de MPs

Pela proposição, a MP perderá a eficácia se não for convertida em lei no prazo improrrogável de 120 dias, contados da sua publicação, ou em caso de inadmissibilidade pelo Plenário, após a CCJ ter decidido que a proposta atendia aos requisitos constitucionais para sua edição. Em período de recesso do Congresso, esses prazos ficam suspensos.

Outra importante mudança é que a medida provisória não se iniciará mais, obrigatoriamente, pela Câmara, como fixa a atual legislação. Pela PEC, ela terá a votação iniciada alternadamente nas duas Casas do Congresso, sendo que a Câmara terá até 60 dias para apreciá-la e o Senado, até 45 dias. O prazo remanescente - 15 dias - é para que a Casa iniciadora aprecie as emendas da Casa revisora, quando houver, ou a matéria, caso não a tenha apreciado no prazo que lhe compete.

Conclusões do grupo da desburocratização

O excesso de burocracia nas relações entre o poder público e empreendedores foi apontado por Delcídio Amaral (PT-MS) como um dos principais entraves à expansão do setor produtivo nacional. A constatação partiu de análise do grupo de trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas, criado pelo Senado e do qual o senador fez parte.

Conforme assinalou, o grupo de trabalho fez questão de destacar, em seu relatório, estudo do Banco Mundial "Fazendo Negócios em 2006: Criando empregos", que situa o Brasil na

119ª posição, entre 155 países, quanto à facilidade para se abrir um negócio. O empreendedor precisaria enfrentar 17 etapas burocráticas para montar uma empresa, processo que demandaria, em média, 152 dias. O senador acrescentou que as dificuldades se multiplicam na hora de encerrar um negócio.

Lei do Supersimples pode ser uma das saídas

Entre as saídas sugeridas pelo grupo de trabalho para combater a burocracia está a aprovação do projeto sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, segmento que

responde por 20% do PIB nacional, emprega 60 milhões de trabalhadores, mas opera com frequência na informalidade.

A comissão especial que analisa a proposta, também conhecida como Lei do Supersimples, aprovou novo substitutivo com alterações incluídas pelo relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

O projeto deve agora ser votado no Plenário da Câmara. O presidente da Casa, Aldo Rebelo, disse que a matéria deverá ser incluída na pauta de votações a ser cumprida durante a convocação extraordinária do Congresso.

Proposta altera cobrança de multas por velocidade

Projeto de lei da Câmara que aprimora o Código de Trânsito Brasileiro é uma das matérias da pauta da convocação extraordinária. O projeto (PLC 133/05), que escalona em três intervalos as cobranças de multas para infrações por avanços de velocidade no trânsito, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando a designação do relator. O projeto é do deputado João Magno (PT-MG) e altera a classificação e a punição para os condutores de veículos que transitarem em velocidade superior à máxima. Segundo o deputado, as novas regras propostas escalonam de forma mais justa a cobrança das multas "em intervalos mais perceptíveis entre distintas situações, permitindo que as penalidades aumentem gradualmente e não de forma desproporcional, como é atualmente".

Licença-maternidade para mães e pais adotivos

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê extensão das licenças maternidade e paternidade àqueles que adotam crianças faz parte da lista de matérias prioritárias do Senado, incluídas na pauta de votação para a convocação extraordinária do Congresso, que vai até 14 de fevereiro.

A PEC 31/00 deve ser apreciada em segundo turno de votação para em seguida ir à análise da Câmara. Na versão original da proposta, cuja primeira signatária foi a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o texto acrescentava inciso ao artigo 7º da Constituição para dar à mãe de criança adotada licença-maternidade com duração entre 30 e 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para incluir a licença-paternidade de cinco dias.

Projeto sobre cooperativas está na pauta da convocação

Um dos projetos que constam da pauta do Senado durante a convocação extraordinária é o que trata da organização de sociedades cooperativas. Do senador Osmar Dias (PDT-PR), o PLS 171/99 encontra-se na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e foi tema da última audiência pública realizada pela comissão neste ano. Na ocasião, ficou decidida a criação de um grupo de trabalho que irá apresentar sugestões à matéria, conforme iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com aval do autor da proposta.

A matéria tramita em conjunto com o PLS 428/99, do então

senador José Fogaça, e o PLS 605/99, de Eduardo Suplicy. Os três projetos são relatados pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que defende a aprovação do PLS 171/99 e a rejeição das outras duas proposições.

O grupo de trabalho tentará chegar a um entendimento antes da votação da matéria. Embora tratem do mesmo tema, as iniciativas se contrapõem em alguns pontos fundamentais, como na representação do sistema cooperativista. Mas o relator explica que o objetivo comum dos três projetos é a atualização da legislação cooperativista (veja mais na página 15)

Bolsas para professores da educação básica

Participantes de programas de formação de professores para a educação básica, desenvolvidos pelo Ministério da Educação, poderão receber bolsas de estudo e de pesquisa. Projeto apresentado pela Presidência da República (PLC 128/05), que está tramitando no Senado, autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a conceder o benefício. O parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação (CE) e será

examinado em Plenário durante a convocação extraordinária do Congresso. A matéria tramita em regime de urgência.

Os programas oferecidos pelo Ministério da Educação objetivam a formação inicial em serviço para professores da educação básica ainda não titulados, tanto em nível médio quanto em superior. Segundo a proposta, os candidatos às bolsas devem estar no efetivo exercício do magistério da rede pública de ensino, além de estarem vinculados a um dos programas.

Renan Calheiros defende reforma política e eleitoral

Em evento que reuniu os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a defender profunda reforma no sistema político e eleitoral, que fortaleça os partidos e permita um processo eleitoral mais ético e transparente, garantindo estabilidade das instituições democráticas.

Renan Calheiros apontou a fragilidade dos partidos políticos e a contaminação das campanhas eleitorais pelo abuso do poder econômico como ameaças à democracia. Ao mesmo tempo, criticou o instituto da

verticalização.

Ao lado da senadora Heleísa Helena (PSOL-AL), do vice-presidente da Câmara dos Deputados, José Thomaz Nonô (PFL-AL), e do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Veloso, o presidente do Senado disse ainda que as distorções nas coligações, a dificuldade de fiscalização das contas de campanha pela Justiça Eleitoral e a liberalidade dos parlamentares na troca de partidos têm dado margem a uma relação promíscua entre empresários, partidos e poder público.

gendagendagenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

15h (a confirmar) – CPI DOS CORREIOS

Depoimentos – define na segunda-feira nomes dos depoentes

QUARTA-FEIRA

11h – CPI DOS CORREIOS

Relatório – apresentação de balanço das atividades

15h – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Orçamento – reúne-se para apreciar projetos de lei do Congresso já analisados pela Comissão Mista de Orçamento

CONGRESSO Senado e Câmara têm 65 itens na pauta, além do trabalho das CPIs e do Conselho de Ética

Congresso decide pela convocação

Entre correr o risco de ficar com a imagem prejudicada pelo pagamento de salários extras a parlamentares em caso de uma convocação extraordinária, ou pelo adiamento da votação do Orçamento de 2006, das investigações das CPIs e dos processos no Conselho de Ética da Câmara, o Congresso ficou com a primeira opção. Dessa forma, depois de muita polêmica, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, após ouvir os líderes dos partidos nas duas Casas, decidiram convocar o Legislativo extraordinariamente entre 16 de dezembro de 2005 e 14 de fevereiro de 2006.

Na primeira fase da convocação, que vai até 16 de janeiro, Senado e Câmara não realizarão sessões, deixando o trabalho para as comissões parlamentares de inquérito dos Bingos e dos Correios, de Orçamento, e o Conselho de Ética da Câmara. Na segunda fase, as Casas funcionarão plenamente, analisando uma pauta que tem 65 itens na Câmara e 28 no Senado.

Até o momento, o Congresso não foi convocado para votar matérias orçamentárias. A idéia é que a Comissão Representativa (veja quadro na pág. 4) analise os pareceres já aprovados pela Comissão Mista de Orçamento, sobre créditos referentes ao Orçamento de 2005. Somente depois será feito um aditivo à convocação, para que a análise do Orçamento de 2006 continue (veja pág. 5).

O presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), anunciou que nas primeiras semanas da convocação o colegiado vai continuar a ouvir testemunhas, o que permitirá que processos abertos contra oito deputados sejam finalizados até 14 de fevereiro. Apenas três processos ficarão

pendentes. Nas CPIs, o trabalho administrativo e investigativo dos técnicos continuará, com análise de documentos e tomada de depoimentos e a votação de relatórios, como a que está marcada para a próxima quarta-feira (veja página 7).

Entre as matérias incluídas na pauta do Senado está a proposta de emenda à Constituição que diminui o período de recesso parlamentar e extingue o pagamento aos parlamentares em períodos de convocação extraordinária. O tema voltou à tona nas últimas semanas e levou o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) a apresentar projeto de decreto legislativo

para revogar a norma do Regimento Comum do Congresso que prevê o pagamento de dois salários a mais aos parlamentares nos períodos extraordinários. Essa proposta (PDL 2.075/05) também pode ser votada até fevereiro.

Outro incômodo para o Legislativo, as medidas provisórias (veja matéria abaixo) serão alvo de deliberação, com a inclusão na pauta de proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que altera a tramitação das MPs. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), já apresentou relatório favorável, com emendas.

A CCJ, aliás, é a comissão que terá o maior volume de trabalho: pelo menos 13 propostas da pauta dependem de seus pareceres. Entre elas, estão três projetos de lei da Câmara (PLCs 90/05, 101/05 e 116/05), de autoria do Executivo, que alteram o Código de Processo Civil, para acelerar os processos judiciais. Parte da reforma infraconstitucional do Judiciário, os projetos fazem parte do Pacto pelo Judiciário, de dezembro de 2004, e já foram aprovados pela Câmara.

Sete MPs trancam pautas já na primeira sessão de janeiro

Uma maior produtividade do Legislativo durante a convocação extraordinária pode ser prejudicada pelas sete medidas provisórias que trancam as pautas do Senado e da Câmara. Quando senadores e deputados voltarem a se reunir em Plenário em janeiro, quatro delas impedirão o Senado de realizar outras votações; e três, a Câmara. No Senado, a situação é mais grave, uma vez que dois dos projetos da pauta tramitam em regime de urgência constitucional, e também bloquearão outras deliberações.

Não fosse por isso, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, avalia que o Senado teria condições de votar cerca de 80% das matérias da pauta da convocação extraordinária.

– Pela natureza das matérias,

metade deve ter a tramitação concluída no Senado até 14 de fevereiro – afirmou Carreiro, destacando que algumas, como as de emenda à Constituição (PECs), dependem de prazos, que podem não se esgotar até o fim da convocação.

Carreiro lembra ainda que, votadas na Câmara, as MPs chegarão ao Senado trancando a pauta. Caso o Senado promova mudanças nas MPs ou nos projetos de lei de conversão aprovados pela Câmara, eles também voltam para análise dos deputados.

Porém, a perspectiva até o momento não é desanimadora, tendo em vista que as sete MPs na pauta e outras duas, editadas no dia 15 de dezembro, são as únicas que ainda não foram votadas pelo Congresso.



Os presidentes Renan Calheiros e Aldo Rebelo discutem convocação com líderes e CPIs

Projetos em análise no Senado

Proposta	Autor	Assunto	Situação atual
PEC 3/2000 (em conjunto com PEC 12/00 e PEC 14/2001)	Jáder Barbalho	Alteração dos períodos das sessões legislativas e extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária	Na CCJ, para proferir parecer apresentando a redação de Plenário
PEC 31/00	Maria do Carmo	Licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 29/02	Francisco Escórcio	Ampliação da vigência do Fundef e valor mínimo nacional por aluno	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 9/03	Sérgio Cabral	Aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300 mil habitantes	Pronta para votação, em segundo turno
PEC 12/04	Luiz Otavio	Processo de criação de novos municípios	Na CCJ, para proferir parecer apresentando a redação final
PEC 59/04	Arthur Virgílio	Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira	Na CCJ, para proferir parecer apresentando a redação para o segundo turno
PEC 72/05	Antonio Carlos Magalhães	Disciplina a edição de medidas provisórias	Pronto para leitura do parecer da CCJ em Plenário
PLC 51/04 (1.300/99 na Câmara)	Deputada Ângela Guadagnin (PT-SP)	Dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente	Na CAE, para proferir parecer
PLC 62/05	Presidente da República	Gestão de florestas públicas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 90/05 (4.724/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 101/05 (4.728/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil relativamente ao julgamento de ações repetitivas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 116/2005 (4.726/04 na Câmara)	Presidente da República	Alteração do Código de Processo Civil, relativamente à incompetência referente, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação recisória e vista dos autos	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 128/05 (5.463/2005 na Câmara)	Presidente da República	Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica	Pronto para leitura do parecer da CE em Plenário
PLC 129/05 (5.629/05 na Câmara)	Presidente da República	Concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave)	Na CI, para proferir parecer. Em regime de urgência constitucional
PLC 133/05 (7.337/02 na Câmara)	Deputado João Magno (PT-MG)	Altera o Código de Trânsito Brasileiro, relativamente à classificação e à punição para os condutores de veículos que transitarem em velocidade superior à máxima	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 139/05 (4.142/04 na Câmara)	Presidente da República	Dispõe sobre o ensino na Marinha	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 141/05-Complementar (187/1997 na Câmara)	Deputado Mário Negromonte (PFL-BA)	Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 142/05 (4.514/04 na Câmara)	Roberto Pessoa	Repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)	Na CAE, para proferir parecer
PLC 143/05 (5.524/05 na Câmara)	Pedro Canedo	Instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva (Timemania)	Na CCJ, para proferir parecer
PLC 144/05 (3.675/2004 na Câmara)	Raquel Teixeira	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispendo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade	Na CE, para proferir parecer
PLS 171/99 (em conjunto com PLS 428/99 e PLS 605/99)	Osmar Dias	Dispõe sobre as sociedades cooperativas	Na CRA, para proferir parecer
PLS 517/03	César Borges	Repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural	Encerrado o prazo para interposição de recurso em 15 de dezembro de 2005. (Após comunicação em Plenário, a matéria será encaminhada à Câmara)
PLS 280/04	Leonel Pavan	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros	Interposto recurso para que o projeto seja submetido ao Plenário em 8 de dezembro de 2005. Aguardando apresentação de emendas perante a Mesa até 16 de dezembro de 2005
PLS 226/05 (em conjunto com PLS 100/04 e PLS 101/04)	Rodolpho Tourinho	Importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural	Na CCJ, para proferir parecer

CONGRESSO Plenário votou, ao longo do ano, matérias consideradas relevantes para o ordenamento jurídico nacional

Apesar da crise, Senado consegue limpar a pauta

MOREIRA MARIZ

A crise política dominou as atenções do Congresso Nacional em 2005. Mesmo assim, houve espaço para o Senado votar matérias relevantes para o ordenamento jurídico nacional. Levantamento da Secretaria Geral da Mesa demonstra que os senadores analisaram 1.744 matérias entre 15 de fevereiro e 15 de dezembro deste ano. Uma avaliação das matérias votadas comprova que o Senado não deixou assuntos importantes para o país sem deliberação.

No discurso de encerramento do ano legislativo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que os senadores tiveram consciência e preocupação de mostrar à nação que é possível a coexistência entre investigação e trabalho legislativo.

– O dia-a-dia demonstrou que não há vassalagem e que o Legislativo não é uma possessão do Executivo. A genuflexão, definitivamente, não é a nossa vocação – afirmou.

Entre as matérias votadas (veja quadros abaixo), o Senado aprovou propostas de emenda à Constituição (PECs) como a que estabelece a gratuidade da educação infantil para crianças até seis anos de idade e a que amenizou regras da Previdência Social, a chamada PEC Paralela. No fim do ano, os senadores votaram os projetos de recriação das extintas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sude-

ne) e da Amazônia (Sudam).

O microcrédito, as crianças (em dois projetos de lei da CPI da exploração sexual, entre outros), os municípios e os moradores de rua (por meio do PLC 80/04) foram alguns dos temas contemplados nas votações no Senado.

– O cenário político não impediu que os senadores se esquecessem dos moradores de rua”, destacou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Senadores não deixaram assuntos importantes sem deliberação

Apesar de a maioria das propostas aprovadas (1.039) dizerem respeito à autorização do Congresso para renovação de concessões de rádio e TV, há números que se destacam no balanço do Senado em 2005. Muitas

votações disseram respeito a medidas provisórias (29), projetos de lei enviados à sanção (68) e enviados à Câmara (138). Em relação as suas atribuições privativas, o Senado aprovou 68 indicações de embaixadores e de 55 autoridades para tribunais superiores, agências reguladoras, Ministério Público e Banco Central. Os senadores votaram 43 acordos internacionais, entre eles a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo e a Convenção sobre Controle do Uso do Tabaco. A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) também foi aprovada pelo Senado, assim como medidas para melhorar a qualidade do Judiciário no país.



Entre as matérias aprovadas pelo Senado, destacam-se a inclusão de moradores de rua, gratuidade da educação infantil, PEC Paralela e recriação da Sudene e da Sudam

Principais matérias do ano

Proposta	Autor	Assunto/Situação
Proposta de Emenda à Constituição 40, de 2000	Senadora Heloísa Helena	Torna obrigatória a educação infantil gratuita para crianças de zero a seis anos (remetida à Câmara)
Proposta de Emenda à Constituição 42, de 2003	Senador Pedro Simon	Aumenta o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público (remetida à Câmara)
Proposta de Emenda à Constituição 77-A, de 2003	Senador Rodolpho Tourinho	PEC Paralela da Previdência (Emenda Constitucional 47/05)
Projeto de Decreto Legislativo 132, de 2005		Aprova o texto da Convenção para Supressão do Financiamento do Terrorismo da ONU (Decreto Legislativo 769/05)
Projeto de Decreto Legislativo 345, de 2005		Aprova o texto da Convenção para a Proteção dos Vegetais (Decreto Legislativo 885/05)
Projeto de Decreto Legislativo 602, de 2004		Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco (Decreto Legislativo 1.012/05)
Projeto de Lei da Câmara 36, de 2004	Iniciativa popular	Cria o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/05)
Projeto de Lei da Câmara 62, de 2004	Presidência da República	Cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) (Lei 11.182/05)
Projeto de Lei da Câmara 71, de 2002	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a informatização do processo judicial (remetido à Câmara)
Projeto de Lei de Conversão 1, de 2005		Institui o Programa Nacional de Microcrédito (Lei 11.110/05)
Projeto de Lei de Conversão 11, de 2005	Executivo	Autoriza a União a auxiliar estados, DF e municípios para fomentar as exportações (Lei 11.131/05)
Projeto de Lei de Conversão 13, de 2005	Executivo	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 11.132/05)
Projeto de Lei de Conversão 22, de 2005	Executivo	Aumenta o salário mínimo a partir de 1º de maio (Lei 11.164/05)
Projeto de Lei de Conversão 28, de 2005	Executivo	Reduz a tributação sobre exportação de serviços de tecnologia da informação, sobre aquisição de bens de capital para empresas exportadoras e dispõe sobre incentivos para tecnologia
Projeto de Lei de Conversão 3, de 2005	Executivo	Regulamenta o acesso a documentos públicos de interesse particular ou coletivo (Lei 11.111/05)
Projeto de Lei de Conversão 5, de 2005	Executivo	Corrige a tabela do Imposto de Renda (Lei 11.119/05)
Projeto de Lei de Conversão 9, de 2005	Executivo	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, cria o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude (Lei 11.129/05)
Projeto de Lei do Senado 213, de 2003	Senador Paulo Paim	Estatuto da Igualdade Racial (remetido à Câmara)
Projeto de Lei do Senado 254, de 2004	CPI da Exploração Sexual	Dispõe sobre os crimes relativos a cenas de pornografia com crianças e adolescentes (remetido à Câmara)
Projeto de Lei do Senado 275, de 2005	Senador Jorge Bornhausen	Reforma eleitoral (remetido à Câmara)
Projeto de Lei Complementar 59/04	Executivo	Recria a Sudene
Projeto de Lei Complementar 60/04	Executivo	Recria a Sudam

O Senado em 2005

Sessões				
Deliberativas ordinárias	Não deliberativas	Deliberativas extraordinárias	Especiais	Total
110	85	15	13	223

Matérias

APROVADAS 1.701		
I - Medidas provisórias 29	• Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara, e enviadas à sanção 10	• Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 8
II - Projetos aprovados e enviados à sanção 68		
III - Projetos aprovados e enviados à Câmara 138	• Por decisão terminativa das comissões 100	• Por decisão de Plenário 38
IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 1.156	• Concessões de telecomunicações 1.039 • Acordos internacionais 43 • Operações de crédito 22 • Propostas de emenda à Constituição 3 • Suspensão de atos normativos inconstitucionais 44 • Outros 5	
V - Mensagens sobre escolha de embaixadores 68		
VI - Pareceres sobre escolha de autoridades 55		
VII - Votos de aplauso ou censura 16		
VIII - Requerimento de informações 1		
IX - Requerimentos de criação de comissão temporária 6		
X - Requerimentos de auditoria do Tribunal de Contas da União 7		
XI - Requerimentos diversos 157		
ARQUIVADAS 43		
XII - Prejudicadas 15		
XIII - Rejeitadas 16		
XIV - Retiradas pelos autores 11		
XV - Medida provisória inadmitida 1		
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (APROVADAS E ARQUIVADAS) 1.744		

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

ORÇAMENTO Tramitação de lei orçamentária vira o ano pela primeira vez desde que Lula assumiu o governo

Ainda sem Orçamento para 2006

FOTOS: MOREIRA MARIZ



Relator-geral do Orçamento do próximo ano, o deputado Carlito Merss (C) reúne-se com líderes e sub-relatores da CMO

Pela primeira vez desde que assumiu em 2003, o governo Lula iniciará o exercício sem Orçamento aprovado pelo Congresso. A tramitação do projeto da lei orçamentária para 2006 emperrou nos escaninhos das CPIs, do Conselho de Ética da Câmara e de todas as outras contendas políticas aquecidas pelas eleições do próximo ano.

A oposição enxergou no rígido calendário da legislação que disciplina as eleições, com o impedimento após 1º de julho de repasse de recursos federais por meio de convênios com os estados e os municípios, mais uma oportunidade de confrontar o governo. Mas isso, na prática, é mais uma das disputas políticas entre os dois lados.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que definiu os parâmetros para a montagem do Orçamento de 2006 restabeleceu o critério de 1/12 do que estava orçado no projeto elaborado pelo Executivo para as chamadas despesas correntes. Um critério que, como explicam os consultores de orçamento das duas Casas, permite liberar recursos para o custeio da máquina do governo, impedindo apenas o fluxo de recursos para investimento.

O governo, diz o relator da LDO, deputado Gilmar Machado

(PT-MG), previu dificuldades na aprovação do Orçamento este ano. No entanto, o próprio governo não costuma liberar recursos para investimento no primeiro trimestre do exercício.

E mesmo com as restrições do calendário eleitoral para iniciar novas obras, o governo contará com os empenhos feitos este ano, e não pagos, inscritos na rubrica de "restos a pagar", para alimentar o fluxo de investimentos enquanto o Orçamento não for aprovado no Congresso, conforme explicam os mesmos consultores.

O governo não jogou a toalha e resolveu enfrentar o desafio de

tocar a tramitação do projeto da lei orçamentária na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mesmo em um período difícil de arregimentar os parlamentares, como será até o fim do ano. O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), avisou que deve convocar reunião da comissão para esta quarta-feira, com o intuito de discutir e votar os relatórios setoriais.

Oposição diz que não pretende obstruir

Na última sexta-feira, pelo menos cinco dos dez relatores setoriais já haviam informado a Merss que estavam com os seus pare-

ceres prontos. Os entendimentos são para votar os destaques na fase do relatório geral, agilizando a aprovação dos setoriais. O PSDB e o PFL não pretendem obstruir os trabalhos na CMO. No entanto, não vão facilitar.

– Não vamos cometer levandade para artificializar os prazos para esse governo –, advertiu o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), na quinta-feira. Na mesma linha, o líder do PFL, senador José Agripino (PFL-RN), disse que caberá ao governo mobilizar sua base para votar os relatórios setoriais na CMO, onde os governistas são maioria.

O relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), planeja concluir a votação não só dos setoriais mas até mesmo do relatório geral até o fim do ano, deixando tudo pronto para o Congresso examinar o Orçamento depois de 16 de janeiro. Porém, outra dificuldade para alcançar esse objetivo é a baixa reestimativa de receita para 2006, com acréscimo líquido de apenas R\$ 9,9 bilhões para acomodar praticamente todas as pressões: do reajuste do salário mínimo e atualização da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas ao pleito dos governadores para serem ressarcidos pelas perdas com a Lei Kandir.

Comissão deve propor política para elevar o salário mínimo

Com o objetivo de estabelecer uma política duradoura para o salário mínimo, recompondo o poder de compra perdido ao longo dos anos, foi instalada na quarta-feira a comissão mista encarregada de estudar e formular alternativas para o piso salarial do país.

O relator da comissão será o senador Paulo Paim (PT-RS). A presidência ficou com o deputado Jackson Barreto (PTB-SE) e a vice-presidência com o deputado Walter Barelli (PSDB-SP). A expectativa é de que a comissão, integrada por oito senadores e igual número de deputados, com os respectivos suplentes nas duas Casas, consiga resguardar a atualização anual do salário mínimo de disputas políticas.

Valor é discutido na votação do Orçamento

As discussões esquentam no período em que o Congresso debate o projeto de lei do Orçamento encaminhado pelo Executivo. Para 2006, já existe acordo para elevar os R\$ 321 orçados pelo governo para R\$ 350, segundo João Ribeiro (PFL-TO). Ele é o relator da área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social. O senador disse que acertou com o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), o acolhimento da emenda da Comissão de Trabalho da Câmara pelo valor simbólico de R\$ 100 mil. A emenda pleiteava R\$ 3,4 bilhões, o que daria para absorver, nas contas da Previdência, um salário mínimo de R\$ 340. O entendimento entre os dois é para chegar a reajuste de R\$ 350.

Os anos que começaram sem Orçamento

- **1993** - o projeto de lei enviado em 1992 só foi votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 13 de março do ano seguinte e no Congresso no dia 31 de março

- **1994** - foi o maior atraso dos últimos 13 anos; a CMO não conseguiu votar o projeto de lei encaminhado em 1993 pelo governo Itamar Franco; ele foi votado diretamente no Congresso em 19 de outubro de 1994

- **1996** - o projeto elaborado no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, só foi votado na CMO em 21 de março de 1996 e no Congresso em 9 de abril

- **1997** - a CMO votou o projeto de lei enviado em 1996 no dia 22 de janeiro do exercício seguinte e o Congresso no dia 29 de janeiro

- **1999** - mais uma vez o Orçamento foi votado em janeiro; o projeto apresentado em 1998 foi aprovado pela CMO no dia 21 de janeiro e no Congresso no dia 27

- **2000** - o atraso foi maior que no ano anterior; a CMO votou o projeto de lei encaminhado em 1999 no dia 30 de março do exercício seguinte e o Congresso no dia 12 de abril

Fonte: Comissão Mista de Orçamento

Queda-de-braço pelos créditos adicionais

Como acontece todos os anos, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) só conseguiu votar às vésperas do encerramento da sessão legislativa ordinária o último grande lote de créditos adicionais ao Orçamento que está sendo executado. Agora, para que eles não percam a validade, precisam ser aprovados pela Comissão Representativa do Congresso, que tem reunião marcada para esta terça-feira.

Em dois dias da semana passada, a Comissão de Orçamento votou cerca de R\$ 17 bilhões em suplementação e créditos especiais ao Orçamento de 2005, totalizando 28 projetos.

No entanto, há outros créditos pendentes de aprovação pelo Congresso, podendo somar ao final 37 ou 38 projetos, dependendo do acerto em torno de reforço orçamentário de R\$ 5,77 milhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A queda-de-braço entre governo e oposição explica os atrasos na votação dos créditos. O Congresso acolheu na última quarta-feira apenas cinco dos 12 projetos que estavam prontos para exame dos senadores e dos deputados. A sessão foi marcada por um clima de confronto entre a base governista e a oposição e, por duas vezes, esteve

ameaçada de ser interrompida por pedidos de verificação de quórum.

Na quinta-feira, o último dia da sessão legislativa ordinária deste ano, o Congresso nem sequer se reuniu, mantendo suspensa a sessão iniciada na véspera. A alternativa será submeter os créditos à Comissão Representativa eleita para exercer algumas atribuições durante o período destinado ao recesso parlamentar. Segundo o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, a comissão representativa pode votar os créditos adicionais que foram aprovados na CMO mesmo no período de



Gastos adicionais de 2005, já aprovados pela CMO, devem ser aprovados pela Comissão Representativa do Congresso

convocação extraordinária (ver matéria na página 3).

Mas a oposição já sinalizou que não irá facilitar essas votações. Líder do PFL, o senador

José Agripino (RN) declarou que "acordo se constrói com antecipação" e que não há entendimento para aprovar esses projetos.

CRISE POLÍTICA CPI dos Correios apresenta um balanço das investigações e retoma os trabalhos em janeiro

CPI presta contas da investigação

Na última reunião do ano, nesta quarta-feira, a CPI dos Correios vai apresentar um balanço de toda a investigação. Os trabalhos serão retomados no início de janeiro. Até agora, a CPI já ouviu mais de 50 pessoas,



sugeriu a cassação de 18 parlamentares e continua na trilha da origem do valerioduto. A seguir, os casos que estão sob análise da comissão e um quadro com a situação de cada deputado processado pela Câmara.



Balanço vai ser apresentado pelo relator, deputado Osmar Serraglio (E), e pelo presidente, senador Delcídio Amaral, que ainda não definiram se vão indiciar acusados

Linha de investigação da CPI dos Correios

Contratos dos Correios

Transporte aéreo de cargas: a companhia aérea Skymaster deu prejuízo de R\$ 64 milhões aos Correios nos últimos cinco anos, menciona relatório da CPI, que encontrou irregularidades como fraudes a licitações e indícios de que a Skymaster lavava dinheiro por meio de contratos de arrendamentos de aeronaves.

Informática: o Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou fraudes nos contratos da BrT Internet, subsidiária da Brasil Telecom; da Unisys; da PeopleSoft; do consórcio Alpha, formado pelas empresas Novadata e Positivo; entre outras. As fraudes afetam contratos de assistência técnica, de compra de equipamentos e de aquisição de direitos de uso de programas de computador.

Franqueadas: o TCU apurou que as agências franqueadas lesaram os Correios em R\$ 10 milhões. Ainda não foram provadas as denúncias de que muitos franqueados seriam "laranjas" de políticos.

Valerioduto

Empréstimos: relatório cita que as operações de Marcos Valério com os bancos Rural e BMG foram "empréstimos de fantasia", sem garantia, para dar fachada legal à movimentação de recursos. E ressalta que os empréstimos não foram contabilizados por Valério nem cobrados pelos bancos antes de o escândalo vir a público. Não haveria prova de que o dinheiro repassado a políticos provinha de empréstimo para o PT e de que os contratos tinham garantias.

Apesar de suspeitas de que os repasses a políticos eram compensados em contas no exterior, a CPI ainda não pôde mapear toda movimentação do valerioduto ou definir a participação de doleiros e de corretoras no esquema. A complexidade das investigações, que podem durar mais de três anos, e o sigilo da conta do publicitário Duda Mendonça nas Bahamas dificultam o trabalho.

Mensalão

A CPI confirmou que políticos do PT, do PP, do PL, do PMDB e do PTB foram beneficiários de um esquema operado por Marcos Valério e pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Os repasses ilegais foram justificados como caixa dois de campanhas eleitorais. Os recursos distribuídos ultrapassam o montante obtido pelo PT em supostos empréstimos.

Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

Foi criada uma sub-relatoria para investigar denúncias de que o PTB cobrava do ex-presidente do IRB Lídio Duarte R\$

400 mil e de que os investimentos da estatal no mercado serviam para desviar recursos para políticos

Contratos de publicidade

Estatais: o TCU encontrou fraudes na publicidade dos Correios, da Infraero, da Eletronorte; dos ministérios do Trabalho, do Esporte e da Cultura; e da Presidência da República. As agências de publicidade receberam por serviços não prestados e cometeram irregularidades na terceirização de serviços. Outra irregularidade encontrada é o não repasse para o órgão público das bonificações de volume - descontos pagos pelos meios de comunicação pelo espaço publicitário comprado.

Visanet: a companhia pagou adiantado para a DNA, de Marcos Valério, R\$ 35 milhões da verba de publicidade, o que teria permitido o desvio de R\$ 10 milhões para o BMG. O dinheiro teria servido de garantia a um empréstimo de mesmo valor repassado a políticos. A Visanet teria, por ordens da diretoria de marketing do Banco do Brasil (BB), concentrado a verba de publicidade da empresa de cartões - que tem o BB como acionista - na empresa de Valério. Nos últimos cinco anos, a Visanet depositou mais de R\$ 90 milhões em contas ligadas a Valério.

Banco do Brasil: além das manobras na Visanet, a CPI encontrou irregularidades nas contas de publicidade do BB, no que se refere a subcontratações e às bonificações de volume. O prejuízo estimado é de cerca de R\$ 37 milhões, de acordo com relatório do TCU.

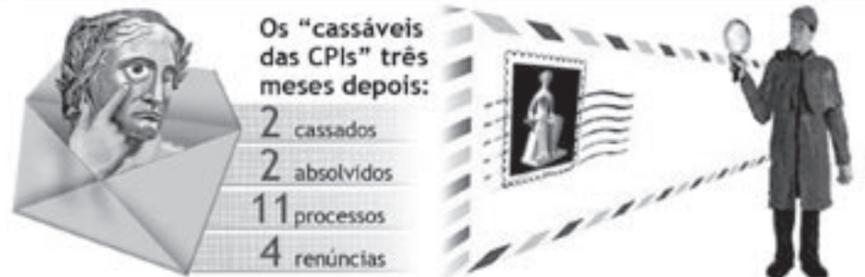
Fundos de pensão

Corretoras e títulos: relatório elaborado pelas empresas de auditoria externa contratadas pela CPI estima que os fundos de pensão das estatais perderam, nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 730 milhões nas negociações de títulos por intermédio de corretoras, que vendiam os papéis por valores muito acima dos praticados pelo mercado. O documento não é conclusivo e vai ser usado como base para o início das investigações. Serão ouvidos os clientes das corretoras que teriam se beneficiado sistematicamente com as operações com os fundos. Os fundos de pensão negaram as acusações e apontam falhas nas contas da CPI.

Telefônicas: a CPI ouviu pessoas relacionadas ao conflito acionário pelo controle da Brasil Telecom para verificar se houve tráfico de influência junto ao governo para que interferisse em favor de um dos lados do conflito. Ainda não há informações conclusivas sobre o caso.

Deputados com o destino selado

Deputado	Acusações e confissões	Atual situação política
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Denunciou o mensalão. Recebeu R\$ 4 milhões do PT para o caixa dois do PTB. Acusado de coordenar um esquema de arrecadação de propinas em estatais	Teve o mandato cassado pela Câmara dos Deputados em 14 de setembro. Fica inelegível até 2015
Valdemar da Costa Neto (PL-SP)	As listas de Marcos Valério apontam que o tesoureiro do PL recebeu R\$ 10 milhões do valerioduto a pedido de Valdemar. Assumiu que recebeu R\$ 6,5 milhões	Foi o primeiro envolvido no escândalo a renunciar para evitar a cassação em 1º de agosto
Carlos Rodrigues (PL-RJ)	Beneficiário de R\$ 400 mil do valerioduto	Renunciou ao mandato em 12 de setembro para evitar a cassação
José Dirceu (PT-SP)	Acusado de ser o mentor do esquema de arrecadação ilegal do PT e de ter negociado os empréstimos do valerioduto	Saiu da chefia da Casa Civil e voltou à Câmara em junho. Foi cassado em 30 de novembro e fica inelegível até 2015
Paulo Rocha (PT-PA)	Ex-líder do PT, teria recebido, segundo Marcos Valério, R\$ 920 mil do valerioduto, R\$ 420 mil dos quais confirmados pela CPI	Renunciou ao mandato em 17 de outubro, momentos antes de a Câmara instaurar inquérito contra ele
José Borba (PMDB-PR)	Ex-líder do PMDB na Câmara, aparece como beneficiário de R\$ 1,1 milhão do valerioduto	Negou estar envolvido no esquema, mas renunciou em 17 de outubro, juntamente com Paulo Rocha
Romeu Queiroz (PTB-MG)	A lista de Marcos Valério diz que ele recebeu R\$ 350 mil do esquema	Foi absolvido pela Câmara em votação realizada na quarta-feira passada, dia 14
Sandro Mabel (PL-GO)	Acusado por Roberto Jefferson de participar do mensalão e de oferecer R\$ 1 milhão para levar a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) para o PL	Foi absolvido pela Câmara por falta de provas que confirmassem o convite à deputada



Deputados com futuro nas mãos do Conselho de Ética

Deputado	Acusações e confissões	Atual situação política
João Paulo Cunha (PT-SP)	A mulher do deputado sacou R\$ 50 mil de conta de Valério	Os processos, instaurados em outubro a pedido das CPIs dos Correios e do Mensalão, ainda não foram finalizados pelo Conselho de Ética.
Professor Luizinho (PT-SP)	Seu assessor retirou R\$ 20 mil do valerioduto. O assessor admitiu o saque	
José Mentor (PT-SP)	Recebeu R\$ 120 mil das contas de Marcos Valério por serviços advocatícios não especificados. Emitiu nota fiscal para a empresa Tolentino e Mello, mas foi pago pela 25	
Wanderval Santos (PL-SP)	Seu assessor retirou R\$ 350 mil, com autorizações de saque que indicam o deputado como beneficiário	
Pedro Corrêa (PP-PE) e Pedro Henry (PP-MT)	O assessor da liderança do PP João Cláudio Genu sacou cerca de R\$ 900 mil das contas de Valério, e disse que agiu a mando dos deputados	
José Janene (PP-PR)	Aparece como real beneficiário de R\$ 4,1 milhões do valerioduto, repassado pela Bônus-Banval	
Roberto Brant (PFL-MG)	Seu assessor sacou R\$ 102,8 mil de conta de Marcos Valério, que seria doação da Usiminas pela SMP&B	
Vadão Gomes (PP-SP)	Recebeu R\$ 3,7 milhões de repasses do valerioduto	
Josias Gomes (PT-BA)	Sacou R\$ 100 mil das contas de Marcos Valério	
João Magno (PT-MG)	Quebras de sigilo ligam R\$ 126,9 mil do valerioduto ao empresário. A lista de Marcos Valério diz que Magno recebeu R\$ 350 mil	

CRISE POLÍTICA Planilhas e conversas de dirigentes de terceirizada da estatal foram confirmadas por depoimento

Fita pode provar propina nos Correios



Uma fita em que os dirigentes da Beta, Antonio Augusto Morato e Ionannis Amerssonis, conversam sobre pagamentos aos Correios e à Varig Log, e planilhas que confirmam a destinação dos recursos foram alvo das investigações da Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios na última semana.

O teor da fita, enviada ao sub-relator José Eduardo Cardozo (PT-SP) por um jornalista, foi confirmado por Lincoln Pereira Frade, ex-segurança de Morato. Em depoimento na quarta-feira, ele disse que levou US\$ 20 mil até Brasília a pedido do então diretor da Beta Roberto Kfourri que, segundo ele, seriam pagamento de propina ao ex-diretor de Operações dos Correios Carlos Lima Sena.

De acordo com Lincoln, Kfourri viajou a Brasília no mesmo voo em que ele estava transportando o dinheiro, mas os dois não trocaram palavra durante o percurso e foram até o hotel em táxis diferentes. Para José Eduardo Cardozo, a declaração confirma que Kfourri agiu de má-fé e usou o segurança como "mula".

Lincoln Frade ainda reconheceu que, a pedido de Morato, comprou dois aquecedores para dar de presente a Lima Sena. A Diretoria de Operações é a responsável pelo controle do transporte aéreo de cargas dos Correios, a Rede Postal Noturna.

Evidências apontam conluio, mas sócio nega

Cardozo informou que a planilha e a fita comprovam a existência de um acordo entre Correios e Varig Log para permitir o conluio entre as empresas Beta e Skymaster – que dividiam o contrato dos

Correios. Sem a concorrência da Varig Log, as duas companhias eram as únicas que participavam das licitações, garantindo o contrato com a estatal.

A sub-relatoria ainda ouviu o sócio da Beta Ionannis Amerssonis, que negou conhecer ou participar do esquema mencionado na gravação em poder da CPI. Segundo ele, o conteúdo da fita é "falacioso".

O ex-presidente da Varig Log José Carlos Rocha Lima, citado na gravação, também negou conhecer qualquer acordo entre a empresa e a Beta. Rocha Lima justificou os R\$ 50 mil recebidos da Skymaster como pagamento por uma consultoria informal.

A CPI ouviu ainda a secretária de Morato, Regiane Pimentel, que negou conhecer qualquer negócio do patrão. Diante disso, os parlamentares decidiram encaminhar o depoimento dela e os documentos à Polícia Federal.



Lincoln Frade, ex-segurança de Antonio Morato, dirigente da Beta, confirma propina ao ex-diretor de Operações dos Correios

CPI dos Correios colhe últimos depoimentos do ano

A CPI dos Correios interromperá suas atividades entre os dias 21 de dezembro e 9 de janeiro.

O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), fará a apresentação, na quarta-feira (21), às 10h, de relatório com o balanço do que foi investigado até agora.

Serraglio disse que a CPI continuará normalmente, e que espera a presença dos integrantes na próxima semana, garantindo que trabalhará nas semanas anteriores ao Natal e ao Ano Novo.

Antes da apresentação do balanço, a sub-relatoria de Contratos tomará os últimos de-

poimentos na terça-feira (20), começando por continuar o depoimento de Ioannis Amerssonis, sócio da (Beta), iniciado na última quinta-feira.

Serão ouvidos também na terça-feira os funcionários da Skymaster, Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde e Reginaldo Reges Menezes Fernandes..

Publicitário diz que Gushiken decidia tudo

Sócio da agência Link/Bagg, que dividia o contrato dos Correios com a SMP&B de Marcos Valério, o publicitário Maurício Pinho disse à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios que todas as contas de publicidade e terceirizações feitas pela agência eram autorizadas por Luiz Gushiken, então ministro da Secretaria de Comunicação (Secom).

A auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nas contas da Link/Bagg encontrou diversas irregularidades na terceirização de serviços. Em alguns casos, a agência teria favorecido a contratação da MultiAction, empresa de eventos que também é de propriedade de Marcos Valério. De acordo com Maurício Pinho, Gushiken tinha poder de

veto em todas as subcontratações realizadas pela publicidade.

Pinho negou qualquer irregularidades nas terceirizações que, segundo ele, são práticas comuns no mercado publicitário.

– A agência vende a idéia, tudo o mais é feito por subcontratação – frisou.

O publicitário é a segunda pessoa a responsabilizar diretamente o ex-ministro sobre as fraudes identifica-

das pelo TCU na publicidade do governo. Há duas semanas, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolatto, afirmou que foi instruído pelo ex-ministro a antecipar o pagamento integral da conta de publicidade

Então ministro da Secom tinha poder de veto sobre todas as terceirizações

da Visanet à DNA, de Marcos Valério – o que, de acordo com a CPI dos Correios, permitiu o desvio de R\$ 10 milhões pela agência do empresário mineiro.

A Sub-Relatoria de Contratos

ouve ainda o sócio da agência de publicidade Grottera, Ricardo Quirino, que presta serviços ao Banco do Brasil e recebia pagamentos por meio da agência DNA.

Quirino disse que foi informado pelo Banco do Brasil de que o dinheiro repassado pela DNA fazia parte do fundo de publicidade da Visanet, apesar da Grottera não ter feito qualquer trabalho para a empresa.

Luiz Gushiken, por meio de sua assessoria, negou as acusações.

Fundos contestam relatório e vão à Justiça para impedir divulgação

Os 13 fundos de pensão de estatais reagiram ao relatório parcial do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), sub-relator da CPI dos Correios. Os fundos contestam que teriam perdido cerca de R\$ 730 milhões nos últimos cinco anos em negócios com corretoras de títulos, beneficiando pessoas ligadas ao operador Lúcio Bohnha Funaro.

A Prece, fundo de pensão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

(Cedae), conseguiu na Justiça impedir a divulgação de novas informações. Os outros fundos mencionados no relatório já anunciaram que vão à Justiça contra a CPI e o deputado, sob o argumento de que o relatório faz conclusões precipitadas.

Na última terça, o deputado ACM Neto apresentou nota em que confirma o prejuízo de R\$ 730 milhões aferidos pela CPI e ressalta sua confiança nas conclusões dos auditores contratados pela comissão.

IRB: empresa recebeu indenização mesmo com seguro vencido

Em depoimento à sub-relatoria que investiga denúncias de fraudes nos pagamentos de indenizações pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), o empresário Giampaolo Bonara, diretor da Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá, de São Paulo, confirmou que recebeu indenização em razão de incêndio sem que a sua apólice estivesse renovada.

Ele disse que a renovação foi

oficializada depois do acidente por problemas burocráticos, e que a apólice foi paga por meio de acordo feito entre o empresário, a Seguradora Aliança da Bahia e o IRB. Com isso, Bonara recebeu indenização de R\$ 16 milhões, valor menor que o capital segurado, superior a R\$ 18 milhões.

Para o sub-relator do IRB, deputado Carlos Willian (PMDB-MG), o depoimento confirma a suspeita de conluio entre a seguradora, o

IRB e a empresa para o pagamento irregular.

O caso já está sendo investigado pelo Ministério Público, a partir de denúncia da equipe de sindicância interna do IRB que apurou o pagamento. O instituto de resseguros apontou indícios de tráfico de influência e de improbidade na operação e responsabilizou os ex-diretores Carlos Murilo Barbosa Lima e Luiz Appolonio Neto pelas possíveis fraudes.



Giampaolo Bonara, diretor da Guaratinguetá, confirmou que recebeu seguro sem que a apólice tivesse sido renovada

CRISE POLÍTICA Por unanimidade, senadores acatam decisão do presidente da CPI dos Bingos de adiar oitiva do ministro

Depoimento de Palocci fica para 2006



Os integrantes da CPI dos Bingos trocaram o requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por um novo convite para que ele deponha na comissão.

Por unanimidade, os senadores acataram na terça-feira decisão do presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), de adiar a data do depoimento do ministro. Após discutir por quase duas horas o requerimento de convocação, Efraim resolveu não colocá-lo em votação e marcar a oitiva para quando os trabalhos parlamentares forem reiniciados em função da convocação extraordinária do Congresso.

– O ministro está convidado e/ou convocado para comparecer na primeira semana da retomada dos trabalhos. Se o ministro entender que não deve receber mais essa deferência da CPI, será de uma vez por todas convocado. Foi uma decisão pensada, discutida, submetida à votação e aprovada por unanimidade – disse Efraim.

Palocci recebeu essa nova oportunidade da CPI em virtude de correspondência enviada por ele ao presidente da comissão na manhã de terça-feira. Na carta, o ministro pedia a compreensão dos senadores

pela ausência e explicava que anda muito ocupado com viagens a trabalho.

O ministro da Fazenda lembrou ainda que já compareceu três vezes ao Congresso neste ano: na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, na Comissão Especial do Fundeb e na Comissão de Finanças e Tributação, ambas na Câmara dos Deputados. A despeito disso, Palocci colocou-se mais uma vez à disposição para prestar esclarecimentos ao Congresso e delegou aos senadores a tarefa de marcar a data do depoimento.

Ministro terá que explicar denúncia dos dólares cubanos

“No que se refere à CPI dos Bingos, pertence à esfera de avaliação e decisão dos senadores que a integram a necessidade de meu comparecimento. Penso que os membros da comissão estarão em melhores condições para, oportunamente, deliberar e decidir sobre minha eventual presença”, afirmou o ministro na carta, lida por Efraim.

O senador José Jorge (PFL-PE) enumerou alguns assuntos que Palocci deverá explicar em seu depoimento à CPI dos Bingos. Entre eles, a relação do ministro com Rogério Buratti, Vladimir Poletto e Ralf Barquete, seus ex-assessores, e a suposta doação de dólares cubanos para campanhas eleitorais petistas.



Após muita discussão, os senadores da CPI dos Bingos decidiram deixar o depoimento para o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional

Comissão aprova quebras de sigilo e novas convocações

A CPI dos Bingos realizou na quarta-feira passada sua 46ª reunião, a última deste ano. Foram aprovados na ocasião 19 requerimentos com pedidos de quebra de sigilo e novas convocações de depoentes.

Entre os requerimentos aprovados, estão os que solicitam a complementação da quebra dos sigilos telefônicos de Waldomiro Diniz, Carlos Augusto Ramos (Carlinhos Cachoeira), Ademirson Ariovaldo da Silva, Juscelino Dourado, Ralf Barquete e Vladimir Poletto. Com isso, serão abertos os sigilos de novas linhas telefônicas desses

investigados. Tiveram seus sigilos quebrados José Paulo Figueiredo e Arthur José Caio, donos de casas de bingos.

A comissão ainda acolheu a convocação de Éder Eustáquio Macedo, o motorista do carro que teria transportado três caixas de uísque que supostamente continham US\$ 3 milhões, do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, para São Paulo. O dinheiro teria vindo do governo de Cuba e seria usado em campanhas do PT. Também foram convocadas Solange de Oliveira, ex-secretária de Delúbio Soares no PT, e Isabel Bordini, su-

perintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (SP).

Outro requerimento aprovado solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) um relatório de todas as operações registradas em nome de Paulo Okamoto, presidente nacional do Sebrae e amigo pessoal do presidente Lula.

A equipe técnica que auxilia a CPI deverá trabalhar na semana que vem na análise do grande número de documentos que lotam as dependências da secretaria da comissão, a maior parte dos quais relacionada a

quebras de sigilo telefônico.

A secretaria da CPI informou que a definição do calendário para o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que vai da última sexta-feira a 14 de fevereiro de 2006, somente ocorrerá na primeira semana de janeiro.

O presidente da CPI, senador Efraim Morais, disse ao final da reunião de quarta-feira que o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), divulgará um primeiro relatório parcial assim que os trabalhos recomeçarem em 2006.

Frentes de investigação da CPI dos Bingos

Caso Waldomiro Diniz

Então presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), Waldomiro Diniz é gravado pedindo propina ao empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Na fita, ele pede contribuições para as campanhas das então candidatas ao governo do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT), além de 1% para ele no total dos contratos fechados. O então deputado Carlos Rodrigues também é acusado de participar do esquema.

Contrato da Gtech

A Caixa Econômica Federal (CEF) e a Gtech fecham, em janeiro de 2003, um contrato-tampão de 90 dias para processamento de loterias federais. Em março, dias antes do fechamento de novo contrato, Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Buratti, Marcelo Rovai (Gtech) e Enrico Gianelli envolvem-se em uma série de negociações para renovar o contrato da Gtech com a CEF, firmado em 25 meses. Os envolvidos acusam-se mutuamente de tentativa de extorsão.

Assassinato de Celso Daniel

O irmão do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, João Francisco Daniel, acusa o atual chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, de entregar dinheiro proveniente de extorsão

de empresários de transporte urbano ao então presidente nacional do PT, José Dirceu (SP). Carvalho desmentiu as acusações. O doleiro Toninho da Barcelona referiu-se ao suposto esquema de corrupção dizendo que dois doleiros faziam operações com dinheiro em notas de baixo valor, comuns no setor de empresas de ônibus.

Corrupção de Ribeirão Preto

Rogério Buratti denuncia a existência de caixa dois na prefeitura de Ribeirão Preto, com pagamento de propina de R\$ 50 mil mensais pela empresa Leão & Leão, entre 1993 e 1996, na gestão do então prefeito Antonio Palocci. A empresa fazia a coleta de lixo na cidade. O dinheiro seria repassado ao diretório nacional do PT. O ministro nega as acusações.

Assassinato de Toninho do PT

Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas Toninho do PT, denunciou à CPI que o assassinato de seu marido em setembro de 2001 também teria vínculo com as casas de bingos, combatidas pelo prefeito.

Dólares de Cayman

O doleiro Toninho da Barcelona apontou esquema que começava no Trade Link Bank, que seria um dos braços do Banco Rural. Segundo ele, o banco recebia o

dinheiro nas Ilhas Cayman, por meio de uma ordem do empresário Marcos Valério, e transferia dólares para o doleiro Dario Messer, no Panamá. Daí seguia para a Barcelona Tour, que fazia o repasse em reais para a corretora Bônus-Banval, responsável pela distribuição a pessoas indicadas por Valério, via Banco Rural.

Dólares de Cuba

A partir de denúncia da revista Veja, a CPI começou a investigar um suposto repasse de US\$ 3 milhões do governo de Cuba para a campanha de Lula à Presidência em 2002. Em Brasília, o dinheiro teria ficado na Embaixada de Cuba, para seguir a Campinas por Vladimir Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci em Ribeirão Preto, condicionado em três caixas de bebida. De Campinas, Ralf Barquete (que morreu de câncer em 2004), também ex-assessor de

Palocci, levaria o dinheiro para o então tesoureiro petista Delúbio Soares.

Dívida de Lula

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, confirmou o pagamento de empréstimo contraído por Lula junto ao PT de R\$ 29 mil. O dinheiro da operação saiu da conta do PT que recebe recursos públicos do fundo partidário. Os opositoristas tentaram desmentir a versão. Os governistas alegaram que o assunto não deveria ser objeto da CPI.

Irmão de Lula

Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente Lula, foi acusado de intermediar negócios do empresário português Emídio Mendes com a Petrobras. A estatal confirmou que Vavá acompanhou Mendes em visita às suas instalações, mas negou que o irmão de Lula tenha feito lobby a favor do empresário.



CRISE POLÍTICA Senadores criticam acusações de golpismo e comentam queda na popularidade do presidente

Antero: PT faz “rodízio de pizza” na Câmara

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que o PT está promovendo “rodízio de pizza” na Câmara dos Deputados. Ele fez a afirmação ao criticar o resultado da votação de quarta-feira naquela Casa, quando o deputado



Antero Paes de Barros

do Romeu Queiroz (PTB-MG) foi absolvido de crime contra a moralidade pública – confessado por ele próprio – por ter recebido dinheiro do valerioduto.

– Houve um acordão entre o PT e seus aliados à direita – o PTB, o PL e o PP. A absolvição mostra que não haverá mais deputados cassados por conta do mensalão – assinalou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) também se mostrou preocupado

com o precedente criado. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou sua convicção de que os deputados, após ouvirem “frases duras da população” durante os feriados de Natal e Ano-Novo, em suas bases eleitorais, retornarão à Câmara “dispostos a acabar com as pizzas”.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), lembrou que o parecer do Conselho de Ética foi fruto de um processo que envolveu as CPIs dos Correios e do Mensalão, a Mesa, a Corregedoria Geral e o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, todos recomendando a perda do mandato.

CPIs não asseguram punições

O andamento dos processos de cassações dos parlamentares acusados pela CPI dos Correios de participarem do esquema de repasses ilegais comandado por Marcos Valério pode repetir os exíguos resultados da CPI do Orçamento, que em 1994 indicou a perda de mandato de 18 parlamentares acusados de envolvimento no esquema de fraudes na lei orçamentária, após investigar a participação de 33 políticos no esquema.

Entre os 18 indiciados, apenas seis foram cassados. Quatro renunciaram e oito foram absolvidos ou tiveram o processo arquivado. A CPI do Orçamento também falhou em emplacar mudanças no processo de elaboração da lei orçamentária visando impedir a repetição das fraudes. À época, a Comissão de Orçamento do Congresso era chefiada por sete parlamentares, que ficaram conhecidos como os “anões do Orçamento”.

Efraim: 2005 será lembrado como o “ano da decepção”

Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que 2005 entrará para a história do país como o “ano da decepção”. “Caiu a máscara de guardião da moralidade que o PT ostentava”, disse, em alusão às denúncias de corrupção que pesam sobre o partido e o governo Lula. Efraim previu ainda que chegará a hora de o cidadão dar o troco aos que o iludiram, antecipando um eventual acerto de contas nas urnas das eleições de 2006.

Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT, que apresenta

novas diretrizes para a política econômica. “É uma afirmação do presidente do PT, Ricardo Berzoini, de que o PT não é o governo”, destacou.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a queda da popularidade do presidente indica que Lula não agiu de forma adequada frente às denúncias de corrupção em seu governo.

– As pesquisas mostram que Lula colheu o que plantou – afirmou.

Em aparte, Gilvam Borges (PMDB-AP), Magno Malta (PL-ES) e João Batista Motta (PSDB-ES) elogiaram Arthur Virgílio.

Oposição reage às declarações de Lula



A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a oposição brasileira age como a oposição venezuelana e faz “golpismo”, durante reunião do Mercosul no Uruguai, foi criticada por senadores da oposição, em discursos no Plenário. Para Heráclito Fortes (PFL-PI), o presidente cometeu uma indelicadeza ao tratar de temas internos em território estrangeiro. O senador afirmou que a origem da crise está no próprio governo e lembrou que as denúncias envolvendo a empresa do vice-presidente José Alencar foram feitas por quem conhece a contabilidade do PT.

O parlamentar ressaltou a integridade de alguns petistas, citando Eduardo Suplicy (SP) e Sibá Machado (AC). Ele frisou que a oposição “é muito ajuizada”, acrescentando que o presidente “fala de barriga cheia”.

– Após quase três anos de governo, peço ao presidente que, se não for possível cumprir tudo o que prometeu, ao menos o faça em relação ao combate à corrupção – afirmou Heráclito.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) pediu ao presidente Lula que, “pelo amor de Deus”, não fale em

golpe. Para José Jorge (PFL-PE), Lula dá sinais claros de desespero, devido às sucessivas quedas nos índices de popularidade. O senador recordou que a crise política foi gerada por aliados e integrantes do PT e ressaltou que a oposição nem sequer teve tempo para exercer o seu papel de crítica e que, se não fosse democrática e cautelosa, o governo Lula já estaria enfrentando um processo de *impeachment*.

– Não só os partidos de oposição têm respeitado as instituições, como anseiam pela próxima eleição, quando esperam que a população dê cabo, no voto, a este governo incompetente e presunçoso – assinalou.

Na avaliação de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Lula teria dito “asneiras” ao falar de golpismo, uma vez que somente permanece no governo porque a oposição brasileira, por ser responsável, o poupou.

– Em qualquer lugar do mundo, o presidente, no mínimo, estaria em liberdade condicional. Ao dizer asneiras baseadas em inverdades, Lula presta um desserviço à pátria, quebra a ética e ainda ri – disse.

Também reagindo às declarações do presidente,

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou de Lula explicações sobre a transação envolvendo a Telemar e a produtora Gamecorp, que tem como um dos sócios Fábio Luiz Lula da Silva.

O senador opinou ainda que, no dia em que a Petrobras sofrer uma investigação, muitas outras irregularidades serão detectadas. Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu a criação de uma CPI, no próximo ano, para investigar a empresa.

Já Demostenes Torres (PFL-GO) criticou em Plenário declarações do presidente em entrevista à revista *Carta Capital*. Segundo o parlamentar, Lula “criou um mundo paralelo para se desgarrar” das denúncias de corrupção envolvendo seu governo.



FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

De acordo com Heráclito Fortes, o presidente fala “de barriga cheia”

Senadores comentam vitória de Serra em pesquisa

Ao registrar pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para avaliar o governo, José Jorge destacou que, pela primeira vez, Lula perde para o possível candidato José Serra nas simulações de primeiro turno para a eleição presidencial do próximo ano. O resultado seria 37% a 31% em favor do atual prefeito de São Paulo.

José Jorge informou que as simulações de segundo turno divulgadas pela pesquisa CNI/Ibope apontaram que Serra ganharia com 48% dos votos contra 35% de Lula. Já no confronto entre o atual presidente da República e o governador paulista Geraldo Alckmin, Lula venceria por 41% a 35%. Os mesmos 41% disse-

ram que votariam em Lula se o adversário fosse o ex-governador do Rio Anthony Garotinho, que teria 33%. Na última simulação, o presidente teria 43% dos votos contra o governador de Minas, Aécio Neves, que ficaria com 29%.

Segundo os resultados divulgados, 52% dos entrevistados desaprovam o governo do presidente Lula. Na última pesquisa CNI/Ibope, esse índice era de 49%.

– Esta pesquisa veio confirmar que já se começa a ouvir pelas ruas o burburinho: Lula vá – afirmou José Jorge.

Na avaliação do líder do PFL, senador José Agripino (RN), o presidente da República vem

frustrando as expectativas da população, principalmente no que diz respeito aos programas sociais anunciados. O parlamentar ressaltou que a política de combate ao desemprego, usada como alicerce da propaganda de Lula nas eleições, foi reprovada por 62% dos pesquisados.

– Infelizmente Lula está longe dos 10 milhões de empregos prometidos – disse o senador.

A política de jurros adotada pelo governo, acrescentou Agripino, também foi um dos fatores de insatisfação da população. Nesse item, Lula foi reprovado por 63% dos entrevistados. No que diz respeito à segurança pública, informou, a reprovação foi de 65%.

SOCIEDADE - Ao fazer uma avaliação negativa do desempenho do governo em 2005, César Borges (PFL-BA) parabenizou a sociedade brasileira por sua participação e paciência durante o desenrolar da crise política. Ele observou que as últimas pesquisas demonstram que o povo está informado e saberá a quem responsabilizar nas eleições do próximo ano. O senador avaliou que o Congresso demonstrou serenidade ao fazer funcionar as CPIs concomitantemente ao trabalho regular da Câmara e do Senado.

REELEIÇÃO - Sibá Machado (PT-AC) defendeu o aumento da duração do mandato de presidente da República e a proibição da reeleição para o cargo. Ao discursar em favor das duas medidas – objeto de proposta de sua autoria (PEC 41/03) –, Sibá agradeceu ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) pela prioridade dada às suas sugestões. O aumento para cinco anos do tempo de mandato de presidente da República e a vedação do instituto da reeleição vão permitir, afirmou Sibá, que o presidente eleito governe com maior eficiência.

UNIDADE - Ao afirmar que 2005 foi um ano atípico para o Brasil, com várias CPIs investigando denúncias que provocaram surpresa na população, Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao presidente Lula que convoque seus auxiliares e peça unidade no cumprimento das linhas traçadas pelo governo. Na avaliação do senador, atualmente o que há são ministros se digladiando e cada qual buscando trilhar seu próprio caminho. – No governo Lula não há unidade política nenhuma – observou o parlamentar.

DEFESA - Marcelo Crivella (PMR-RJ) defendeu o vice-presidente José Alencar das críticas que recebeu da revista *Veja*, em reportagem intitulada “Um vice cara-de-pau”. O senador atribuiu as críticas a supostos interesses de empresas de comunicação do país de que os jurros não caíam. Ele explicou que essas empresas de comunicação têm dívidas em dólar, moeda cuja cotação subiria com a queda dos jurros. – A mídia usa jovens e brilhantes jornalistas que se prestam ao papel de defender coisas escusas – criticou Marcelo Crivella.

NOVOS ATAQUES - Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) informou em Plenário ter evidências de que novas denúncias contra ele poderão ser divulgadas em breve. O senador frisou que o Senado tem sido testemunha de acusações contra ele, “umas falsas, insidiosas outras”, “originárias das mesmas fontes e fruto da mesma motivação”. Segundo Mesquita Júnior, desde a veiculação da primeira denúncia, que motivou abertura de representação no Conselho de Ética, por solicitação do próprio senador, as demais não cessaram.

CRISE POLÍTICA Ideli defende antecipação de pagamento e oposição critica desempenho do governo em 2005

País dispensa FMI ao pagar dívida, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que, ao antecipar o pagamento das dívidas do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais totalizam US\$ 15,5 bilhões, o governo Lula concretizou uma das bandeiras do PT: "Fora FMI". Ela argumentou que, com a antecipação da liquidação do débito, que venceria em 2007, o país vai economizar aproximadamente R\$ 900 milhões em juros, segundo cálculos do Ministério da Fazenda.

– O governo realizou da forma mais correta e adequada a nossa velha bandeira "Fora FMI". Esse organismo não precisa mais estar no Brasil e não está mais, pois tivemos a capacidade de dispensá-lo com o fortalecimento dos indicadores macroeconômicos – frisou a senadora.

Ideli afirmou que, ao pagar o FMI, o governo demonstra

sua competência e mostra a capacidade do Brasil de cumprir com seus compromissos. Ela disse ainda que a queda do risco Brasil para 311 pontos já foi uma reação do mercado à decisão do governo brasileiro.

A senadora também fez um agradecimento aos senadores que apoiaram dois projetos de sua autoria recentemente aprovados em comissões. O PLS 398/03, acatado pela Comissão de Justiça (CCJ), estende aos brasileiros residentes no exterior o direito de votar nas eleições para governador e

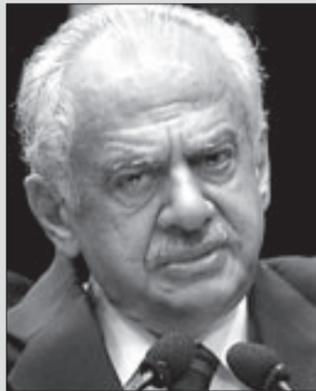


FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Para Ideli, antecipar o pagamento da dívida com o Fundo significa dizer "Fora FMI"

senadores de seus estados. Já o PLS 180/04 torna obrigatório em todas as escolas das redes pública e privada o ensino, para deficientes auditivos, da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).

Simon apóia posição de Lula sobre BC



Segundo Simon, presidente reconhece exagero na independência do banco

Pedro Simon (PMDB-RS) cumprimentou o presidente Lula por ter se manifestado favoravelmente a uma reavaliação sobre a independência do Banco Central (BC), conforme notícia divulgada na imprensa. O presidente, disse o senador, "está reconhecendo que há um exagero na independência do Banco Central".

Simon observou ainda que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, não tem autoridade para contrariar uma posição do presidente da República.

– Ele deveria estar afastado há muito tempo do Banco Central e ainda tem a coragem de discordar publicamente do presidente da República – afirmou o senador, lembrando que corre no Supremo Tribunal Federal um processo contra Meirelles.

Simon disse estranhar a autonomia do BC, que adota postura de "dono da política econômica do país". O senador declarou esperar que o presidente Lula não fique apenas na declaração contra a independência do BC, mas tome uma atitude concreta em relação ao assunto.

César Borges critica aumento de gastos do Executivo

César Borges (PFL-BA) criticou o aumento dos gastos do governo federal com o custeio da máquina pública. Citando matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ele destacou que nos primeiros dez meses deste ano houve um crescimento de 21% nas despesas federais com passagens aéreas, diárias, material de consumo, locação de mão-de-obra e consultorias.

O senador condenou o governo por ter promovido uma elevação

da arrecadação por meio do aumento da carga tributária e da redução de investimentos em setores importantes como saúde, educação e infra-estrutura, prejudicando toda a sociedade.

– As estradas estão esburacadas por todo o país. A defesa animal não teve recursos para proteger o nosso rebanho da febre aftosa vinda dos países vizinhos e, por isso, estamos tendo grande prejuízo na comercialização da carne brasileira – protestou.

César Borges criticou ainda o PT e o governo Lula por se utilizarem de discursos opostos para tratar da política econômica. Ao mesmo tempo em que o governo realiza um discurso voltado para acalmar o mercado financeiro, o PT adota "discurso de mercado" a favor de maiores gastos nos setores sociais, disse.

Em aparte, Almeida Lima (PMDB-SE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestaram apoio a César Borges.

Para Agripino, recursos deveriam ser investidos

José Agripino (PFL-RN) criticou presumível decisão do governo federal de antecipar pagamento de US\$ 15,5 bilhões em dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que venceriam até o final de 2007. A seu ver, esses recursos deveriam ser investidos em infra-estrutura, na diminuição da carga tributária e em estímulo aos pequenos empresários.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) afirmou que US\$ 15,5 bilhões é exatamente o valor divulgado pela Receita Federal como excedente da arrecadação de tributos até outubro deste ano. Ele lamentou que, em vez de ser destinada para saúde, educação ou recuperação de estradas, a verba excedente

vá para o FMI.

Agripino também comentou matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada "Governo está sem objetivos, diz Furlan". Na matéria, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, diz que o Brasil vive uma situação geral de desânimo porque o governo não traça cenários, objetivos, nem estabelece

meios para atingi-los, afetando as iniciativas da sociedade e decisões de cidadãos e empresas.

– Que projeto o governo Lula tem para o país? Condenar o país para fazer graça ao FMI, que eles satanizavam? Esse é o retrato vivo do governo Lula – destacou o senador.

César Borges também critica antecipação de pagamento ao Fundo

Crivella condena a adoção de modelos econômicos importados

Marcelo Crivella (PMR-RJ) criticou a importação de modelos econômicos produzidos nas universidades norte-americanas. Ele afirmou que o fraco desempenho da economia brasileira está relacionado "aos jovens gênios que estudaram nos Estados Unidos, voltam para casa e, empoleirados em altos postos da República, aplicam no país modelos abstratos muito mais voltados para o mundo acadêmico do que para o mundo real".

– Os recursos governamentais mais desperdiçados nas últimas décadas não são aqueles gastos

com obras faraônicas ou corrupção; são os que foram aplicados em bolsas de estudo de jovens economistas brasileiros para estudarem em universidades norte-americanas – ironizou Crivella.

O senador argumentou que "jamais passaria pela cabeça de um dirigente americano aplicar em seu país a tese do governo mínimo ou do orçamento equilibrado".

– Os norte-americanos não lideram a economia mundial por acaso; seu conservadorismo em economia não se confunde com ortodoxia burra – observou.

Bornhausen aponta erros nas políticas econômica e externa

Ao discursar em Plenário, Jorge Bornhausen (PFL-SC) fez uma série de críticas ao governo do presidente Lula, que abrangem a condução da economia, a política externa e as denúncias de corrupção.

Bornhausen – que é presidente do PFL – afirmou que a política econômica do governo é "neoliberal", destacando as altas taxas de juros, que considera "escorchantes". Outro ponto que ressaltou foi a queda dos investimentos públicos.

– Enquanto o mundo cresceu

por três anos consecutivos, o Brasil vem apresentando uma expansão medíocre – disse.

Quanto à política externa, o senador criticou o que chama de abordagem "terceiro-mundista", na qual líderes como Fidel Castro e Hugo Chávez teriam a preferência do governo. Bornhausen declarou que a resistência à Área de Livre Comércio das Américas teve motivações exclusivamente ideológicas. Já sobre a crise política, o presidente do PFL ressaltou que "o valerioduto revelou a lama existente no governo".

Luiz Otávio quer ressarcimento de cobrança indevida do PIS e Cofins

Luiz Otávio (PMDB-PA) vai encaminhar requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que tome a iniciativa de apresentar projeto de resolução do Senado (PRS) determinando a suspensão parcial da Lei 9.718/98, que definiu nova base de cálculo para PIS e Cofins. A medida deve incorporar à legislação em vigor decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º dessa lei, que normatiza a incidência desses tributos sobre a receita bruta das empresas. – O projeto vai permitir que todas as empresas que pagaram a mais PIS e Cofins entre 1999 e 2004 possam ser compensadas – comentou.

Iris de Araújo: governo Lula tem a pior média de investimento

Ao comentar os investimentos públicos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, R\$ 11,6 bilhões por ano, Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que o atual governo tem até agora a "pior média desde as administrações militares". De acordo com a senadora, a média de investimentos dos governos João Batista Figueiredo e Fernando Henrique Cardoso foram de, respectivamente, R\$ 12,5 bilhões e R\$ 17,5 bilhões anuais. Iris de Araújo afirmou que a "frágil capacidade" de investimentos e as altas taxas de juros podem explicar a queda de 1,2% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no último trimestre.

Motta lamenta que muitos não tenham o que comemorar no Natal

Ao comentar a dificuldade que os agricultores familiares encontram para vender suas safras, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) lamentou o drama de milhões de pessoas que passam necessidades no país. Para ele, a maioria dos brasileiros nada tem a comemorar neste Natal. – Mas muitos têm, como os banqueiros, as multinacionais e o Fundo Monetário Internacional, que receberá US\$ 15,5 bilhões de adiantamento de dívidas que deveriam ser pagas até 2007 – criticou. No entendimento do parlamentar, faltam vontade política e mobilização para enfrentar os problemas sociais brasileiros.

COMISSÕES Relatório vê indícios de improbidade da ex-prefeita de São Paulo e gera conflito entre senadores

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Parecer de Luiz Otávio (E), que atinge Marta Suplicy, é apoiado pelo PFL de Tourinho, César Borges e Bornhausen. O PT de Ana Júlia, Suplicy e Mercadante vota contra

CAE condena ato de Marta Suplicy

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer com recomendação para que o Ministério Público do Estado de São Paulo investigue a regularidade de aditivo a contrato firmado pela então prefeita da capital paulista Marta Suplicy, relativo a empréstimo para investimentos dentro do Programa Nacional de Iluminação Pública (Reluz). Para o autor do parecer, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que preside a CAE, há indícios de improbidade e infração ao Código Penal no ato da ex-prefeita.

Ao acatar o parecer de Luiz Otávio, que ainda vai a exame no Plenário, os membros da comissão automaticamente rejeitaram voto em separado apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com pedido para arquivamento da matéria.

O senador Eduardo Suplicy, também do PT paulista, ainda tentou adiar a votação, pedindo mais uma oportunidade para

que a ex-prefeita esclarecesse a operação. Marta Suplicy, que havia recebido convite para comparecer à reunião, justificou a ausência dizendo ter um compromisso inadiável. Era o segundo convite expedido pela comissão para que a ex-prefeita prestasse esclarecimentos sobre o tema. O senador César Borges (PFL-BA) interpretou como um "desprestígio" aos membros da comissão mais uma recusa de Marta. Para o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), as oportunidades dadas à ex-prefeita foram suficientes.

Empréstimo teria respaldo em resolução

Mercadante argumentou que a operação – se alguma ilegalidade houvesse – estava resguardada pela Resolução 19/03, do Senado, que isentou prefeituras de cumprirem os limites de endividamento para contratação de operações do Reluz. Porém, a defesa foi prejudicada porque o

benefício seria aplicável apenas aos contratos assinados até 6 de novembro de 2003. O exame da operação envolveu requerimento de informação ao Ministério da Fazenda, em que se confirmou que o aditivo, de 2004, representou nova operação de crédito. Por isso, era necessário prévio exame e autorização desse ministério, da Câmara de Vereadores de São Paulo e do próprio Senado.

A apreciação do pedido na área da Fazenda teria indicado que a prefeitura de São Paulo não reunia, à época, capacidade para ampliar seu nível de endividamento. Com o aditivo, portanto, a ex-prefeita acabou ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O parecer de Luiz Otávio recomenda ainda o envio dos fatos analisados na CAE à prefeitura paulista e ao Tribunal de Contas da jurisdição. No caso do município, o contrato do Reluz com a Eletrobrás foi feito com a intermediação da concessionária de energia Eletropaulo.

Aprovada ampliação de acesso dos estados a depósito judicial

O Plenário do Senado aprovou projeto da Câmara que amplia de 50% para 70% o limite máximo de utilização, pelos estados e o Distrito Federal, de recursos dos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a ações de cobrança de tributos, em fase de julgamento.

A matéria (PLC 73/05), de autoria do deputado Eduardo Bueno (PMDB-RJ), foi acolhida nos termos de substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), elaborado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O parecer favorável de Plenário ficou a cargo do senador Romeu Tuma (PFL-SP), em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto retornará à Câmara.

Depois de negociações com

o governo, Tourinho excluiu, do substitutivo, o mecanismo que autorizaria a licitação de instituição financeira – pública ou privada – para acolher os depósitos. Assim, ficou preservado o princípio de que os depósitos devem ser feitos apenas em bancos oficiais, controlados pela União ou pelos estados. Com acesso a mais recursos dos depósitos judiciais, os estados vão poder quitar precatórios que hoje consomem recursos orçamentários e reduzem os investimentos. A legislação garante prioridade para o pagamento de precatórios de pequeno valor – chamados alimentícios. Depois, vêm os pagamentos da dívida pública fundada. Por último, se houver sobra, os valores levantados podem ser aplicados em investimentos.

Educação aprova Fundo Pró-Leitura

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável a projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL). Pela proposta, a Lei do Livro (Lei 10.753/03) passará a ter instrumento próprio para financiar a cadeia produtiva do setor. A proposta será agora examinada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 294/05), o fundo financiará até 80% do custo total de projetos de instituições públicas ou privadas que pretendam incentivar a criação, impressão, distribuição e leitura de livros no país. O projeto prevê o financiamento de propostas que visem ao desenvolvimento de todas as etapas do segmento livreiro, do escritor até o leitor, promovendo o estímulo ao aumento do índice de leitura no país.

O relator, senador Marco Maciel (PFL-PE), destacou que a instituição do FNPL tem por objetivo garantir a implementação de programas e a sustentação de projetos relacionados ao fomento da leitura no país, atualmente desprovidos de recursos específicos para atingir as metas propostas.

Ex-ministro da Educação, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse lamentar que, juntamente com a aprovação do



Marco Maciel, relator, destaca a importância de incentivar a leitura

fundo, não se assumisse a responsabilidade de erradicar o analfabetismo no Brasil.

– Ficarão de fora entre 15 e 20 milhões de analfabetos e de 40 a 50 milhões de brasileiros que são capazes de decifrar os conjuntos de letras, mas incapazes de se beneficiarem disso para ler de verdade – observou.

Entre as propostas que poderão receber recursos do FNPL, salientou Maciel, estão as que visam fomentar e apoiar os programas de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas as obras em sistema braile.

O fundo será constituído por recursos do Tesouro Nacional e doações, subvenções e auxílios de entidades e organismos internacionais. Sua administração caberá ao Ministério da Cultura, com gestão do órgão responsável pela Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas.

Libras no currículo da educação básica

Projeto que torna obrigatória a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em toda a educação básica foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. Para incluir o sistema Libras no currículo oficial da rede de ensino, o PLS 180/04, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), altera a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

– É a oportunidade de essas pessoas terem acesso aos conteúdos curriculares. Se não dermos o direito e a possibilidade de entender o que está sendo ensinado, não estaremos dando a elas a cidadania – destacou Ideli.

Na opinião do relator da proposta, senador Flávio Arns (PT-PR), se transfor-

mada em lei, a medida poderá contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva.

A CE aprovou ainda parecer favorável a projeto de autoria da Presidência da República (PLC 128/05) que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Para o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), a proposição "permite dotar esses trabalhadores da educação de instrumentos e conhecimentos relativos a sua atividade". O senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) ressaltou a importância de o governo dar atenção à educação básica e à formação de professores.

Dia do Agente Comunitário de Saúde

Proposta da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) instituindo o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde, a ser comemorado em 4 de outubro, foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

A relatora do projeto (PLS 347/05), senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), informou que, de acordo com levantamento da Consultoria do Senado, a atividade conta com quase 200 mil trabalhadores em todo o país, atendendo cerca de 65% dos brasileiros. A proposição agora segue para a Câmara.

A CE aprovou ainda dois projetos da Câmara, dando novas denominações

a aeroportos. De autoria do deputado Nécio Rodrigues, o projeto (PLC 107/05) que batiza de "Aeroporto de Uberaba (MG) – Mário de Almeida Franco" teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O aeroporto da capital do Espírito Santo passa a se chamar "Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles" por projeto (PLC 121/05) do deputado Marcus Vicente, relatado por Gerson Camata (PMDB-ES). A CE acatou ainda oito projetos de decreto legislativo, de autoria do Executivo, concedendo ou renovando permissões e concessões de emissoras de radiodifusão e autorizando o funcionamento de rádios comunitárias.

COMISSÕES

Lei para o comércio de pneus usados

A comercialização de pneus usados, importados ou fabricados no Brasil, pode ganhar normas mais rígidas. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que estabelece várias exigências de contrapartida ambiental para a venda de pneus usados. A matéria foi encaminhada à Mesa para redistribuição à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão do Meio Ambiente.

Flávio Arns lembrou que atualmente não vigora nenhuma legislação que regulamente o setor.

– O que temos são resoluções do Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente], que não têm poder de lei. É preciso uma legislação específica que defina contrapartida ambiental. E fixe

normas para a importação e a utilização das carcaças como matéria-prima para o pneu reformado, e não para a venda dessas carcaças como pneu usado. Essa prática fica proibida – afirmou.

Já Raupp disse ter procurado atender às normas do Conama.

– Nosso parecer procura assegurar a manutenção de 240 mil empregos indiretos e diretos, além da geração de 20 mil novos empregos. E garante a oferta de matéria-prima e de atividades para 1.600 empresas do setor de pneus remoldados, recauchutados e recapados – explicou, lembrando que o texto aprovado proíbe a importação de pneus usados para comercialização, permitindo a importação somente para uso como matéria-prima e insumo.

Havendo disponibilidade de pneus usados no país, nas mesmas condições dos importados,

as empresas que os utilizam como matéria-prima deverão dar prioridade ao produto nacional.

Outra medida obriga os fabricantes e importadores de pneus a dar destinação final adequada, do ponto de vista ambiental, a pneus sem utilidade, os chamados inservíveis.

A proposição tramitava em decisão terminativa, mas o presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), acolheu o pedido de vários senadores para que a discussão prosseguisse em outras comissões.

Flávio Arns protestou contra a edição, pelo Executivo, de uma medida provisória sobre o assunto.

– A atitude é inadequada e desrespeitosa ao Senado – frisou.



O relator Raupp (E) ouve Camata, ao lado de Valadares e de Flávio Arns, autor do projeto que regulamenta o comércio de pneus usados

Seguridade Social pode ter recursos vinculados

Os recursos destinados à Seguridade Social podem ter execução obrigatória no Orçamento. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que



Eduardo Suplicy

impede o uso, em outras rubricas orçamentárias, de dinheiro para a Seguridade – que abrange a proteção dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, com os desvios da Seguridade, "o sistema parece deficitário e, na verdade, é superavitário".

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Foi aprovado substitutivo a

projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que autoriza a criação do Fundo Brasil de Cidadania para financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima. O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e segue à CAE. O relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ressaltou a variedade de fontes do fundo.

Para estimular o uso de medicamentos genéricos, segundo o relator, Mão Santa (PMDB-PI), foi aprovado o projeto da Câmara que obriga médicos e dentistas a pôr nas receitas o nome do princípio ativo. A CAS aprovou ainda o projeto que disciplina a fabricação de cal e o que exige diploma universitário para a profissão de jornalista.

Comissão define piso salarial para técnicos do Crea

O piso salarial para os técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), pode ser definido em R\$ 990. Projeto com esse fim, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

O relatório do senador Marco Maciel (PFL-PE) destaca que a fixação de piso salarial é instrumento de proteção da remuneração do trabalhador. Para Maciel, o piso – que nem sempre é justo – deve impedir que o salário sofra degradação incompatível com o exercício da atividade profissional.

Projeto para o trabalhador experiente

A criação do Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete) foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto é do senador Paulo Paim (PT-RS) e atende o trabalhador com mais de 45 anos, com experiência profissional e desempregado há

mais de seis meses que esteja cadastrado. O relatório favorável foi do senador cassado João Capiberibe (PSB-AP). A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Ao fim da reunião, o presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou um balanço das atividades da comissão em 2005.

Senadores recomendam intervenção em Rondônia

A Comissão Externa – Rondônia aprovou na quarta-feira, por unanimidade, o relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que propõe ao presidente da República a intervenção federal naquele estado, para restabelecer a ordem pública, "diante dos inúmeros indícios de corrupção" na Assembléia Legislativa. Demostenes lembra que, na hipótese de grave perturbação da ordem pública, a intervenção é decretada pelo presidente da República sem apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário.

O relatório solicita também que a Polícia Federal e o Mi-

nistério Público do estado agilizem a conclusão dos inquéritos para ações judiciais propondo a cassação de 23 deputados estaduais que estariam envolvidos em venda de votos para a aprovação de projetos de interesse do governador Ivo Cassol. Dessa forma, diz Demostenes, seria possível dar posse aos respectivos suplentes.

No relatório, de 43 páginas, Demostenes cita a gravação de fitas de vídeo – que foram veiculadas pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, nas quais aparecem deputados pedindo mesada ao governador – e a apropriação de salários de funcionários da Assembléia.

Projetos

Combate ao trabalho infantil

Projetos para fortalecer o combate ao trabalho de crianças e adolescentes foram apresentados pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O PLS 344/05 acrescenta ao Código Penal artigo que torna crime a contratação de menores de 18 anos para trabalho perigoso ou insalubre; e o PLS 343/05 altera a Consolidação das Leis do Trabalho estabelecendo multa de R\$ 3 mil, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados, para quem utilizar mão-de-obra de menores de 16 anos, exceto a partir de 14 anos na condição de aprendiz. A multa atual é de um salário mínimo por menor, não podendo a soma exceder a cinco vezes o salário mínimo, salvo no caso de reincidência.

Deduções no cálculo de renda

Flávio Arns (PT-PR) quer que sejam desconsiderados os gastos com saúde, alimentação, educação, moradia e demais necessidades vitais básicas no cálculo da renda mensal familiar *per capita* exigida para concessão do benefício assistencial de prestação continuada, destinado

ao idoso ou portador de deficiência que não tenha condições de se manter ou de ser mantido pela família (PLS 335/05). Ele também propõe que não sejam considerados os ganhos provenientes do benefício recebidos por um membro da família para concessão a outro integrante (PLS 334/05).

Regulação para contratos de publicidade

Paulo Paim (PT-RS) apresentou dois projetos relacionados à contratação de serviços de propaganda e publicidade pelo poder público. O PLS 336/05 visa estabelecer o teto de 0,1% da receita corrente líquida da União e de 1% da dos estados, municípios e Distrito Federal, para os gastos com as contratações; e o PLS 337/05 acrescenta à Lei 8.666/93 a disposição de que na contratação de tais serviços será vedada a adoção de licitações do tipo "melhor técnica". Nas do tipo "técnica e preço" será exigido um peso mínimo de 50% na avaliação final para a proposta econômica.

Previdência de parlamentares cassados

Proposta (PLS 329/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) acrescenta à Lei 9.506/97 a proibição da concessão de benefícios de pensão e aposentadoria ao parlamentar que tenha seu mandato cassado e ao que tenha renunciado para evitar a perda desse mandato. Simon também propõe (PLS 332/05) o estabelecimento de responsabilidade solidária pelas informações técnicas e seus respectivos valores – e, quando houver, pelos aditamentos contratuais do objeto da assistência técnica – a terceiros contratados pela administração pública.

Permissão para votar fora da seção

Projeto do senador José Maranhão (PMDB-PB) autoriza o voto fora da seção eleitoral, mediante procedimento a ser disciplinado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em casos especiais como o dos militares transferidos e dos policiais militares em serviço, por não poderem, em geral por motivos alheios a sua vontade, deslocar-se até a sede do domicílio eleitoral para votar (PLS 331/05).

Redução na tabela progressiva do IRPF

Proposta de reduzir de 27,5% para 25% a alíquota incidente sobre a maior faixa de renda da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (PLS 330/05) foi apresentada pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 15 e 29 de setembro

COMISSÕES

CCJ aprova PEC que prevê responsabilidade social

Parâmetros para medir de modo objetivo os avanços na área social. É o que prevê a proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A partir desses parâmetros, e a exemplo do que já ocorre com a ordem econômica e financeira, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Brasil poderá

definir objetivos no campo social a serem atingidos pelos gestores públicos, expressos numa lei de responsabilidade social (LRS).

De acordo com a PEC aprovada, o artigo 193 da Constituição passa a ter a seguinte redação: "A ordem social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça sociais, a serem avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, nos termos de lei complementar". A matéria segue agora para votação no Plenário.

A proposição constitui o passo inicial para a aprovação da LRS, que definirá, além de metas macro-sociais para o país, um índice nacional de responsabilidade social que, segundo Lúcia Vânia, visará identificar os municípios onde as metas sociais são cumpridas.

A iniciativa deverá ter o apoio de bancos internacionais de fomento e instituições mundiais que usam parâmetros similares, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).



Proposta de Lúcia Vânia fixa parâmetros para mensurar avanços na área social

Eleitor no exterior poderá votar para senador e governador

Os brasileiros que estiverem no exterior no dia da eleição poderão votar para governador, vice-governador e senador. O voto, facultativo, está previsto em projeto de lei (PLS 398/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na discussão, Ideli lembrou que o voto em trânsito no exterior só é permitido para presidente da República e que sua proposta inicial incluía também

o voto para prefeitos e vice-prefeitos, mas, em atendimento a recomendação do Ministério das Relações Exteriores, resolveu restringir a proposta inicial.

Para o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), o número de brasileiros residentes no exterior – mais de 1,5 milhão, segundo o Itamaraty – justifica a medida.

– Em 2002, esses brasileiros remeteram ao país mais de 2 bilhões de dólares, comprovando que eles têm a intenção de retornar no futuro – explicou.

Penas maiores para crimes contra o sistema financeiro

Os crimes contra o sistema financeiro nacional poderão ter suas penas agravadas, conforme substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 439/03) determina que a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante fiança, cujo valor será estabelecido le-

vando-se em conta a vantagem auferida com o crime.

O substitutivo, que agrava a punição para 23 crimes (Lei 7.492/96), também determina que os condenados terão que iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, e estabelece que a gestão fraudulenta de instituição financeira pode resultar em reclusão de seis a 15 anos, mais multa. Se a gestão for temerária, a pena é de quatro a dez anos, mais multa.

Aprovados nomes para três embaixadas

O aumento das exportações foi o objetivo comum apresentado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelos embaixadores indicados para Hungria (José Augusto Lindgren Alves), Belize (Roberto Pires Coutinho) e Gana (Luiz Fernando de Andrade Serra). Com parecer favorável da comissão, as mensagens presidenciais serão submetidas ao Plenário.

Parecer favorável a diretores da Agência de Aviação Civil

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou as indicações de Leur Antônio Britto Lomanto, Jorge Luiz Brito Velozo, Denise Maria Ayres de Abreu e Milton Sérgio Silveira Zuanazzi para exercerem cargos de direção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). As indicações, feitas pela Presidência da República, serão submetidas ainda ao Plenário.

Projetos completam reforma do Judiciário

A Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário aprovou o relatório final do senador José Jorge (PFL-PE) com propostas para a regulamentação de dispositivos da reforma do Judiciário.

O relatório apresenta cinco projetos de lei que tratam sobre a regulamentação da repercussão geral do recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal (STF); a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante; os pedidos de federalização de julgamento de crimes contra os direitos humanos; a criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas (FGET); e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

O documento também contém requerimentos de urgência para a tramitação de 15 projetos (dez na Câmara e cinco no Senado) que alteram os códigos de Processo Penal e Civil, além de sugerir a criação de duas subcomissões temporárias para exame de propostas referentes à reforma processual nas comis-



José Jorge (E) e o deputado José Eduardo Cardozo levaram o relatório a Renan Calheiros, ao lado de Suassuna e Agripino

sões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara.

Também foram aprovadas três emendas do presidente da comissão, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). A primeira exclui da repercussão geral de recursos extraordinários as causas relacionadas ao exercício de mandatos eletivos e a crimes de genocídio, entre outros. A segunda requer urgência na apreciação, pelo Senado, do projeto de lei que racionaliza a tramitação de

processos repetitivos na Justiça (PLC 101/05). E a terceira inclui no relatório projeto que altera a Lei 9.882/99, para permitir que qualquer pessoa possa propor arguição de descumprimento de preceito fundamental pelo poder público perante o STF.

Sobre os projetos, José Jorge avalia que irão acelerar os serviços prestados pela Justiça.

O relatório e suas recomendações seguem agora para as comissões competentes do Senado e da Câmara.

Mudanças poderão dar agilidade à Justiça

Projeto contido no relatório final aprovado pela Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário define que o STF também poderá acolher recurso extraordinário no caso de contestação de lei local em face de lei federal, além do uso desse tipo de recurso em caso de causa decidida em única ou última instância, cuja sentença contrarie a Constituição ou declare a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, previsto na legislação atual.

Quanto à edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante, o relatório apresenta projeto determinando a análise da matéria pelo procurador-geral da República. Também cria a possibilidade de restrição do efeito vinculante, ou a definição de data para o início da vigência em situações de excepcional interesse social.

Já o projeto sobre o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET) determina que o mecanismo será criado para acelerar a quitação de créditos referentes a salários, rendimentos ou comissões deferidos em sentença judicial, desde que não ultrapassem 40 salários mínimos.

Outro projeto do relatório estabelece que, na hipótese de grave violação dos direitos humanos, o procurador-geral da República poderá suscitar perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o deslocamento de competência para o julgamento do caso pela Justiça Federal.

O relatório apresenta ainda projeto determinando que a Justiça do Trabalho seja o "juízo próprio para o qual terão que convergir todos os conflitos decorrentes da relação de trabalho, subordinado ou não".

Comissão entrega relatório a Renan Calheiros

Ao receber o relatório final da comissão especial sobre a regulamentação da reforma do Judiciário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a emenda assegurou, em nível constitucional, o direito à célere prestação jurisdicional, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da Justiça brasileira.

Diante dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vantuil Abdala, do vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, do presidente da comissão especial, deputado José Eduardo Cardozo, e do relator, senador José Jorge, Renan Calheiros assinalou que o Legislativo estava ali colhendo os frutos de um relevante trabalho.

– Com a conclusão desse relatório, o Senado e o Congresso dão um importante passo em direção aos ideais da segurança jurídica e da efetividade da Justiça. O bem elaborado relatório do senador José Jorge conclui por cinco providências necessárias à regulamentação da reforma do Judiciário e que estão na competência do Congresso.

O presidente do Senado disse ainda que, na esteira da reforma, o Senado votou, recentemente, "matérias que contribuirão para uma

prestação jurisdicional mais expedita, como desejam os magistrados brasileiros". Ele citou a Lei 11.187/05, que segundo ele ameniza o agravo de instrumento, um dos mais sérios entraves à celeridade do processo civil brasileiro; o PLC 52/04, enviado à sanção presidencial, que extingue o processo de execução; e o PLC 71/02, que disciplina a utilização de meio eletrônico nos processos da Justiça, o que, na opinião de Renan, propiciará economia de tempo e dinheiro nos litígios.

Para Nelson Jobim, a presença de membros da magistratura debatendo questões do cotidiano da Justiça na Câmara e no Senado faz parte da democracia.

– Alguns setores minoritários entendem que essa presença representa um convívio não legítimo. Mas a exposição é uma necessidade da construção política – ressaltou.

Na sua avaliação, o país atravessa um "momento de tensão", que poderá ser contornado a partir de um entendimento entre os representantes da classe política.

– O que precisamos é ter regras para administrar esse dissenso, especialmente em matérias de natureza não-política – afirmou Jobim.

Presidentes do STF, TST e TSE prestigiam apresentação de texto final

COMISSÕES



Roberto Carvalho (Marinha), José Alencar, Roberto Saturnino e Francisco Albuquerque (Exército)

Força Aérea pode ter frota modernizada

A Força Aérea Brasileira (FAB) poderá contar, em breve, com o reforço de 12 aviões franceses Mirage 2000, usados, em substituição aos Mirage III, que operam desde 1972. Projeto de decreto legislativo com esse objetivo (PDL 535/05) recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será examinado pelo Plenário, em regime de urgência, após a convocação extraordinária.

A proposta aprova texto de acordo firmado em julho deste ano entre o Brasil e a França

para aquisição das aeronaves. O valor da compra é de 80 milhões de euros, dos quais 60 milhões destinam-se à compra das 12 aeronaves e 20 milhões às peças de reposição. Segundo exposição de motivos elaborada pelo Ministério da Defesa, a aquisição preencherá lacuna na defesa aérea brasileira até que o governo decida comprar os aviões novos previstos no chamado Projeto F-X, avaliado em US\$ 900 milhões.

O relator da matéria e presidente da comissão, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), ressaltou que

os Mirage 2000 – utilizados nas guerras do Golfo e dos Balcãs – são adequados às necessidades da FAB.

– Trata-se de acordo oportuno e conveniente aos interesses nacionais ao reaparelhar minimamente as Forças Armadas, o que corresponde à inadiável necessidade do país – afirmou.

A CRE acolheu ainda voto de aplauso apresentado pelo senador Aelton Freitas (PL-MG) ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-comandante da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.

Regras para métodos de recrutamento

Projeto que proíbe uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador teve parecer favorável aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS 262/03 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determinando indenização que varia de dez a 50 vezes o valor do salário referente ao cargo exercido pelo trabalhador, a ser pago pelo empregador ou pelo recrutador. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Paulo Paim formulou a pro-

posta após receber denúncias da existência de processos seletivos realizados com desrespeito aos candidatos, em especial no caso de mulheres ou negros. O senador disse que muitas empresas utilizam, inclusive, detector de mentiras para avaliar os aspirantes ao emprego.

A relatora, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), salientou que o direito das pessoas não pode ser isolado. Para ela o direito ao trabalho precisa estar unido ao direito à honra e à dignidade.

– Trata-se do direito a condições justas. Não são admissíveis processos de seleção que humilhem o trabalhador – observou.

A CDH acolheu requerimento do

presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para a realização de audiência pública sobre a denúncia de que pessoas estariam sendo usadas como cobaias para o estudo da malária.

De acordo com reportagens veiculadas na imprensa, segundo Cristovam, uma organização não-governamental, financiada por universidade norte-americana, pagaria R\$ 12 para cada pessoa da comunidade de São Raimundo do Piratiba (AP) que se dispusesse a servir de cobaia humana. Deverão participar do encontro os ministros da Saúde, Saraiva Felipe, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, entre outros.

Senadores celebram o Dia do Marinheiro

O Dia do Marinheiro, celebrado em 13 dezembro – dia do nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o almirante Marquês de Tamandaré –, foi comemorado em sessão especial do Senado, por iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC).

Ao exaltar a história do almirante Tamandaré, patrono da Marinha, Viana salientou seu “exemplo de bravura, com espírito arrojado e capacidade de liderança”. O Marquês de Tamandaré lutou contra a Sabina da (revolta na Bahia, em 1837 e 1838), a Revolução Farroupilha (no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845) e auxiliou na pacificação de Pernambuco durante a Revolução Praieira (em 1848 e 1849). Em sua lápide, informou Viana, está escrito “aqui jaz um velho marinheiro”.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) agradeceu à Marinha em nome dos ribeirinhos da Amazônia, que até hoje só co-



Sessão especial reuniu em Plenário senadores e representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

nheciam dentistas e médicos enviados pela instituição. Ele fez apelo para que seja instalada em Roraima uma Capitania da Marinha.

Já Marco Maciel (PFL-PE) considerou fundamental que o governo conclua os estudos do Programa de Reaparelhamento da Marinha 2006/2025, que prevê a reposição de navios desincorporados ao longo dos anos.

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), pediu mais recursos

orçamentários para que a Marinha melhore o salário da corporação, aumente as pesquisas na área e construa navios.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu o aumento de recursos para investimento em pesquisa. Ele lembrou o trabalho social da instituição, como o prestado às populações ribeirinhas do interior, atendidas nos navios-hospitais.

Também participaram da sessão representantes da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Alencar quer garantir 2,5% do PIB para Defesa

O vice-presidente da República, José Alencar, ministro da Defesa, defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 49/04) que destina às Forças Armadas, por dez anos, orçamento equivalente a pelo menos 2,5% do produto interno bruto (PIB). Alencar participou de audiência pública sobre o panorama atual das Forças Armadas promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Isso vai nos dar condições para resolver o problema do setor – disse o ministro.

Ele advertiu que, mesmo aprovado o projeto, o Brasil ainda destinaria ao setor de Defesa recursos proporcionalmente muito menores aos garantidos pela maioria dos países do mundo.

Segundo a proposta do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), duran-

te esse período seriam vedadas limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas aos programas de reaparelhamento, modernização, pesquisa e desenvolvimento das Forças Armadas. A PEC está pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas o relator, José Jorge (PFL-PE), recomendou sua rejeição.

O vice-presidente voltou a criticar a política monetária praticada pelo governo. Ele disse que os juros atuais do país inibem investimentos e a geração de empregos. Alencar queixou-se ainda de reportagem publicada em revista de circulação nacional que o classificou de “cara de pau”, por criticar os juros altos.

– Os patifes não me farão correr. Se for preciso, serei candidato às eleições – afirmou Alencar.

Dificuldades de militares preocupam parlamentares

Senadores presentes à audiência pública que debateu o panorama das Forças Armadas mostraram-se preocupados com as dificuldades financeiras enfrentadas por Marinha, Exército e Aeronáutica.

– Como vocês conseguem fazer tanta coisa com tão pouco dinheiro? – indagou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que defendeu o pagamento de *royalties* para reforçar as

finanças das Forças Armadas. A sugestão de Tuma sobre os *royalties* também recebeu apoio dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG). O representante do Pará acredita na extinção das Forças Armadas, por inanição, dentro de 20 anos, caso o Estado não priorize investimentos na área militar. Já Flexa Ribeiro ob-

servou que há a necessidade de injeção imediata de R\$ 6 bilhões, verbas que só dependeriam de vontade política para ser liberadas.

Sobre a atuação do Exército na segurança pública, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) questionou o general Francisco Roberto de Albuquerque sobre a recente

intervenção no Rio de Janeiro. Albuquerque considerou que a solução para a violência no Rio ultrapassa o simples emprego das Forças Armadas e depende do combate à impunidade e de presença mais marcante do poder público na assistência social em áreas carentes.

Participaram ainda do debate Marcelo Crivella (PMR-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Hércilio Fortes (PFL-PI).

Para comandante, Exército deveria cobrar *royalties*

O pagamento de *royalties* ao Exército como compensação pela defesa de instalações públicas, a exemplo de usinas hidrelétricas e refinarias de petróleo, foi sugerido pelo comandante da Arma, Francisco Roberto de Albuquerque. Ele apontou o Chile como exemplo a ser seguido.

– Por que não temos direito a receber alguma coisa? O Chile se utiliza de recursos que vêm da exportação do cobre anualmente. Com isso, as Forças Armadas estão preparadas – comparou.

Ele observou, por exemplo, que a idade média das viaturas utilizadas é de 20 anos e que o Exército tem procurado obter o melhor resultado possível para cada real a ele destinado pelo Orçamento da União.

O comandante da Marinha, Roberto de Guimarães Carvalho,

disse que a Arma já conta com *royalties*, mas apenas na lei. Os recursos destinados ao reaparelhamento da Marinha a partir da exploração de petróleo, relatou, têm sido contingenciados pelo governo federal, em favor do superávit primário.

– A liberação dessa reserva permitiria dar início ao programa de reaparelhamento da Marinha – afirmou o comandante.

Ele explicou que o projeto de reaparelhamento tem uma fase emergencial de quatro anos para recuperação de navios e aeronaves, ao custo de R\$ 290 milhões anuais.

O programa estabelece ainda o reaparelhamento da Marinha ao longo dos próximos 20 anos, de 2006 a 2025, com custo estimado em R\$ 600 milhões já no próximo ano.

JANE ARAÚJO

CÉLIO AZEVEDO

COMISSÕES

Índios krahô/kanelas reivindicam demarcação



Índios krahô/kanelas assistem ao debate na Comissão de Direitos Humanos

Para encerrar audiência pública sobre os conflitos de terras dos índios krahô/kanelas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na segunda-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu lutar para garantir a essa comunidade “a terra onde eles possam viver e plantar”. Paim marcou reunião com o presidente em exercício da Fundação Nacional do Índio (Funai), Roberto Aurélio Lustosa, com representantes dos krahô/kanelas, do Ministério Público e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), além do presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele acenou com a ida da comissão até o local do conflito, em Lagoa da Confusão (TO).

– Que vocês [krahô/kanelas] ganhem soluções e não apenas mais debate – declarou Paim, vice-presidente da CDH.

Ele ressaltou que os índios sofrem a falta de programas governamentais, principalmente na área de saúde e educação. No debate, Laudovina Pereira, representante do Cimi, falou da situação de 86 pessoas do grupo krahô/kanela que vive na Casa do Índio, em Gurupi (TO).

– Nessa Casa do Índio, com dois sanitários, ratos e baratas mostram as condições de higiene e a falta de assistência



Os indígenas levaram faixas para a reunião e ouviram representante da Funai

da Funai – enfatizou.

Ela chorou ao destacar a discriminação sofrida pelo grupo indígena. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu providências contra a violação de direitos humanos. O cacique Mariano Krahô-Kanela relatou a luta pela demarcação das terras. A representante da Funai, Nadja Havit Binda, afirmou que o órgão não comprovou que as terras foram tradicionalmente ocupadas por esse grupo indígena.

O advogado do Cimi, Paulo Machado Guimarães, disse que a Funai está há mais de 20 anos sem tomar qualquer decisão sobre a demarcação ou a necessidade de criação de uma reserva na área. Segundo Nadja, os krahô/kanelas chegaram à região de Lagoa da Confusão em 1949. Já os índios afirmam que vivem lá desde o início do século passado. A subprocuradora-geral da República Débora Duprat de Macedo disse que a identificação do grupo com

o território já justifica a reivindicação. O perito do Ministério Público Marco Paulo Fróes citou relatórios de antropólogos da Funai que defendem a tese dos índios.

Justiça deixa índios guarani-caiová sem ter para onde ir

Paim pediu em Plenário que o Ministério da Justiça intervenha no conflito entre fazendeiros e índios guarani-caiová em Mato Grosso do Sul. Os índios foram expulsos pela Polícia Federal das fazendas depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, suspendeu o decreto presidencial que homologou o local como reserva indígena.

As terras desocupadas localizam-se no município de Antônio João (MS) e compunham a área que os índios chamam de Nhanderu Marangatu. Mais de 700 índios habitavam ali, e agora, sob ameaça de jagunços, vagam sem ter para onde ir.



Paulo Paim ouve o relato do cacique Mariano sobre a luta do grupo pela sobrevivência no estado do Tocantins

Projeto facilita deduzir do IR doação em favor de criança

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou parecer favorável a projeto de lei da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) para permitir aos contribuintes deduzirem do Imposto de Renda devido as doações feitas aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A matéria (PLC 51/04) não institui novo benefício fiscal, mas altera a sistemática atualmente adotada com a finalidade de facilitar a opção dos contribuintes pela dedução do Imposto de Renda devido (pessoa física e pessoa jurídica) e de aumentar o controle da aplicação dos recursos, explicou o relator, senador

Flávio Arns (PT-PR). De acordo com o projeto, disse ele, a doação poderá ser feita no momento do ajuste do Imposto de Renda, o que, na sua opinião, poderá destinar mais recursos para investimentos em políticas que beneficiem crianças e adolescentes.

– Este projeto é da mais alta relevância. As mudanças propostas são essenciais para a criança e para o país. Do ponto de vista dos direitos humanos, é uma solução para o Brasil – destacou Arns.

A CDH aprovou ainda parecer favorável ao PLS 452/03, de autoria do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que pretende incluir como dependente do segurado, entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência, filho ou irmão que seja portador de deficiência mental. Pelo projeto, para ter direito ao benefício, a deficiência mental – absoluta ou relativa – precisa ser declarada judicialmente.

A proposta determina que a pensão do portador de deficiência mental não se extinguirá quando o beneficiário completar 21 anos, mas somente quando ele deixar de ser judicialmente absoluta ou relativamente incapaz. O projeto será ainda analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.



CDH aprovou projeto de Fernando Bezerra que beneficia pessoas portadoras de deficiência mental

Organização de cooperativa pode entrar na pauta da convocação extraordinária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) tentará incluir o projeto que dispõe sobre a organização de sociedades cooperativas na pauta da convocação extraordinária do Congresso. Caso contrário, a matéria será votada na retomada dos trabalhos, prevista para o dia 15 de fevereiro do próximo ano.

A decisão foi tomada pelos integrantes da CRA, durante audiência pública que debateu a matéria com o representante do Ministério da Agricultura, Mário Portocarrero, e o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer. O projeto (PLS 171/99), do senador Osmar Dias (PDT-PR), tramita em conjunto com o PLS 605/99, de Eduardo Suplicy (PT-SP), e o PLS 428/99, do então senador José Fogaça.

Os três projetos são relatados por Demostenes Torres (PFL-GO), que defende a aprovação do PLS 171/99 e a rejeição das outras duas proposições. O debate dividiu a opinião dos convidados em relação à representação única do sistema cooperativista, mas obteve consenso dos integrantes da comissão quanto à formação de um grupo de trabalho que irá apresentar sugestões ao projeto de Osmar Dias.

A criação do grupo de trabalho foi sugerida por Suplicy e contou com o aval do autor da matéria. O grupo será integrado pelo relator da proposição e

pelos dois convidados que participaram da audiência pública. O presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que o projeto de Osmar Dias também vem sendo debatido na Casa Civil da Presidência da República, mas que a decisão final sobre a questão será tomada pela comissão.

Portocarrero defendeu a representação das cooperativas em uma única entidade, conforme estabelece o PLS 171/99, e disse que essas organizações são regidas pela Lei 5.764/71, que precisaria ser atualizada.

Paul Singer, porém, acha que a unicidade na representação deve ser decidida pelos próprios associados, e não pode ser estabelecida de forma “compulsória” pela legislação. Segundo ele, “o cooperativismo brasileiro se expandiu e se diversificou ideologicamente nos últimos anos, e não faz sentido que diferentes concepções estejam representadas em uma única entidade”.

Ao final da audiência, o senador Sérgio Guerra manifestou apoio à criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar supostas manipulações no preço da carne bovina, mas ponderou que o momento político atual não colabora para a instalação de mais uma CPI. Ele defendeu a realização de audiências preliminares com todos os envolvidos na cadeia produtiva do alimento.

Matéria prevê representação de cooperativas em uma única entidade

PLENÁRIO

Isenção de ICMS para papel de imprensa

O Plenário do Senado aprovou substitutivo da Câmara a projeto de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que concede isenção total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao papel de imprensa, livros, jornais e periódicos. Jucá afirmou que a aprovação do projeto – encaminhado pelo fato de a reforma tributária ter parado na Câmara – deverá permitir o desenvolvimento da produção de papel de imprensa no Brasil.

Ao encaminhar a votação, o líder Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que, apesar de o Brasil ser um grande produtor e exportador mundial de papel, ainda importa grandes quantidades de papel de imprensa. Ele disse que a imunidade fiscal concedida ao papel de



Projeto de Jucá visa dar competitividade ao papel de imprensa produzido no Brasil

imprensa no país, desde a Constituição de 1949, gerou desequilíbrio fiscal que prejudicou a produção do produto.

– Estamos corrigindo esse de-

sequilíbrio para estimular investimentos. Vamos nos tornar auto-suficientes em papel de imprensa e permitir a exportação nesse segmento – comemorou Mercadante.

Com a aprovação do projeto (PLS 247/04), livros, jornais e periódicos ficarão livres do ICMS que houver incidido em outros insumos necessários à sua produção, como máquinas de impressão e tintas.

A medida colocará o produto brasileiro em igualdade de condições com o estrangeiro, que é totalmente livre de ICMS.

A matéria segue para sanção do presidente da República.

ITR poderá ser recolhido pelos municípios

O Distrito Federal e os municípios poderão, mediante convênios com a Secretaria da Receita Federal (SRF), passar a fiscalizar e a cobrar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). É o que prevê projeto da Câmara aprovado pelo Plenário do Senado. A matéria segue agora à sanção presidencial.

A proposta (PLC 140/05) condiciona a celebração desses con-

vênios, entretanto, à criação de conselhos de desenvolvimento agropecuário em níveis distrital e municipal. Essas entidades ficarão responsáveis pela elaboração e fiscalização de programas que deverão ser custeados pela arrecadação do ITR. O município que fizer essa opção reterá 100% da arrecadação do tributo. Caso contrário, só terá direito a 50% do arrecadado pela União.

A Receita Federal também terá de editar ato estabelecendo requisitos e condições para a celebração dos convênios. Independentemente desses acordos, o projeto exige que a Receita continue a fornecer o cadastro de imóveis rurais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Aprovados empréstimos para Minas e Amazonas

O Senado aprovou autorizações para que Minas Gerais e Amazonas contratem operações de crédito externo junto ao Bird.

O empréstimo a Minas, de US\$ 35 milhões, deve ser aplicado em programa de combate à pobreza rural no noroeste do estado, região que, como observou Aelton Freitas (PL-MG), apresenta índice de desenvolvimento humano bastante baixo. O empréstimo ao Amazonas, de US\$ 140 milhões, destina-se a financiar parcialmente o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

A bancada do Espírito Santo cobrou a votação de uma terceira autorização de empréstimo do Bird, de US\$ 80 milhões, para obras rodoviárias e de saneamento no estado.

Passo Fundo é a capital nacional da literatura

A cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, foi declarada capital nacional da literatura com a aprovação, pelo Senado, de projeto da Câmara (PLC 98/05). O município é sede da Jornada Nacional da Literatura, promovida desde 1981. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentaram voto contrário. Já Marcelo Crivella (PMR-RJ) apoiou a proposta. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) justificou que Passo Fundo acolhe escritores de todo o país nas jornadas que realiza.

Senado aprova indicações de autoridades

O Plenário do Senado aprovou indicações de diversas autoridades para ocupar cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em diretorias de agências reguladoras e para exercer missão diplomática no exterior. Abraham Benzaquen Sicsú e Paulo Furquim de Azevedo foram aprovados como conselheiros do Cade. Também foram acolhidos os nomes de Joísa Campanher Dutra Saraiva e Edvaldo Alves Santana para ocuparem cargos na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Criada comissão dos cem anos da imigração japonesa

Os senadores da comissão temporária que vai acompanhar os preparativos para as comemorações dos cem anos da imigração japonesa no Brasil foram designados na quarta-feira. Os titulares são Aloizio Mercadante (PT-SP) – autor do requerimento de criação da comissão –, Osmar Dias (PDT-PR) e Marco Maciel (PFL-PE). Como suplentes, Flávio Arns (PT-PR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A comissão também vai buscar formas de estreitar o relacionamento com o Parlamento japonês.

Parlamento do Mercosul a um passo de ser criado

Depende agora apenas da ratificação do Poder Legislativo de cada um dos sócios do bloco econômico – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – a criação do Parlamento do Mercosul. O projeto do protocolo constitutivo do novo organismo foi assinado pelos presidentes dos quatro países, durante encontro de cúpula realizado na capital do Uruguai, Montevidéu.

Uma vez ratificado pelos quatro sócios, o Parlamento do Mercosul deverá começar a funcionar até o início de 2007. Durante a primeira fase

de transição, os integrantes do novo organismo multilateral serão indicados pelo Congresso Nacional de cada país. Serão 18 representantes por sócio do bloco econômico.

Até o fim de 2010, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai deverão promover eleições diretas para os seus representantes no Parlamento do Mercosul. Os eleitores de cada um dos quatro países escolherão seus deputados para o órgão regional na mesma data das primeiras eleições nacionais gerais entre dezembro de 2006 e dezembro de 2010.

Reeleitos presidente e vice do Conselho de Ética

Os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA) e Demostenes Torres (PFL-GO) foram reeleitos para a presidência e a vice-presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, respectivamente. Os parlamentares receberam nove votos favoráveis e nenhum contrário, sendo registrado um voto nulo. Eles devem exercer seus cargos por mais dois anos.

– Continuarei a ser o presidente que eu sempre procurei ser: cordato, de comum acordo com

meus companheiros e, acima de tudo, tentando fazer justiça. Ser presidente é muito espinhoso, nós temos que cortar nossa própria carne – declarou João Alberto Souza.

O senador acrescentou que, como juízes, o presidente e o vice-presidente do Conselho de Ética têm que agir “pensando na nação”.

Demostenes Torres assegurou que irá lutar para que os senadores continuem sendo referência para o Brasil.



João Alberto Souza (D) e Demostenes Torres foram reeleitos para mais dois anos como presidente e vice, respectivamente

Gilvam Borges retoma vaga de senador do Amapá

Em seu primeiro discurso após ter tomado posse no cargo de senador pelo Amapá, na quarta-feira, Gilvam Borges (PMDB) agradeceu o mandato ao povo de seu estado e disse reconhecer seu dever de trabalhar “dobrado, triplicado, multiplicado”, para cumprir o restante do mandato, que se estende até 2011. Gilvam Borges ocupou o cargo declarado vago pela Mesa diretora, em virtude da cassação do diploma e registro de João Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– Assumo sem ressentimentos, pelo contrário, rejuvenescido e mais maduro, consciente do dever de trabalhar pelo Amapá e pelo Brasil. Agradeço ao povo de meu estado. Que Deus nos abençoe e nos proteja

– disse o senador, informando que já começou a trabalhar para viabilizar emendas em favor do desenvolvimento do Amapá na lei orçamentária de 2006.

Na presidência da Mesa, Paulo Paim (PT-RS) deu posse a Gilvam Borges, que foi conduzido ao Plenário pelo líder do PMDB na Casa, senador Ney Suassuna (PB).

Da disputa jurídico-política travada com Capiberibe, Gilvam Borges disse não guardar mágoa.

– Ódio e rancor intoxicam, obstruem, impedem o desenvolvimento do homem. A compreensão é fundamental – declarou ele.

Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) saudou o retorno de Gilvam Borges ao Senado.

PLENÁRIO

Senado aprova recriação da Sudene

O Senado aprovou por unanimidade texto substitutivo ao projeto da Câmara que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A matéria tramitava em regime de urgência, recebendo os votos dos 51 senadores presentes em Plenário.

Após aprovarem a quebra de interstício, os senadores votaram na mesma sessão o projeto em turno suplementar, para que o novo texto apresentado pelo relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pudesse receber emendas, o que não ocorreu. Aprovado, o substitutivo do Senado vai ao exame dos deputados.

O texto (PLC 59/04-Complementar) estabelece a composição, a natureza jurídica, os

objetivos, a área de competência e os instrumentos de ação da superintendência. Institui a Sudene como autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Recife. Sua área de atuação engloba os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A finalidade da Sudene é promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável da sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Quando a superintendência voltar

a existir, automaticamente será extinta a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), sendo que suas dotações orçamentárias e seu patrimônio serão transferidos para a Sudene.

Como sucessora da Adene, a autarquia arcará com seus direitos e obrigações. O substitutivo também autoriza o Executivo a aproveitar os atuais servidores do quadro da Adene para cons-

tituir o novo quadro de pessoal da Sudene. Também poderão integrar o corpo funcional da superintendência os funcionários efetivos que foram transferidos para o Ministério do Planejamento quando da extinção do órgão. A Sudene foi extinta em 2001, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, após ter sido alvo de sucessivas denúncias de corrupção.



Substitutivo de Antonio Carlos Magalhães foi acolhido por unanimidade em Plenário

ROSEWELT PINHEIRO



Senadores modificaram proposta da Câmara e agora a matéria volta para novo exame dos deputados

MOREIRA MARIZ

Governo reage a orçamento obrigatório

O governo vai tentar retirar do texto do projeto que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), quando a matéria tramitar na Câmara dos Deputados, o dispositivo que impede que as verbas destinadas ao órgão sejam contingenciadas. Se não conseguir, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá vetar a proibição. O comunicado foi feito pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), no momento em que ele anunciou a retirada de emenda de sua autoria nesse sentido, para, em acordo com a oposição, garantir a aprovação de outras duas emendas de interesse do Palácio do Planalto.

Ambas as emendas de interesse do governo, aprovadas em turno suplementar, foram de autoria de Mercadante. Uma delas possibilita que, nas reuniões que tratam de programas estratégicos e matérias de alta relevância para o desenvolvimento regional, seis ministros integrem o conselho deliberativo da superintendên-

cia, com direito a voto. A outra, cujo texto final foi negociado com a oposição, estabelece que a taxa de administração, a ser paga para o Banco do Nordeste gerenciar os recursos da Sudene, será definida por decreto dos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, a partir de proposição do conselho deliberativo da autarquia.

Durante a discussão da matéria, a questão do contingenciamento das verbas destinadas à Sudene foi a mais comentada. Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Efraim Morais (PFL-PB) argumentaram que a recriação do órgão sem a garantia de receitas para o seu funcionamento seria uma atitude inócua.

– Se for para criar a Sudene com a possibilidade de seus recursos serem contingenciados será melhor nem criá-la. A questão fundamental é a seguinte: se vai ter dinheiro ou não. Se não

tiver, a Sudene já nascerá morta – comentou Garibaldi.

O presidente Lula também foi alvo das críticas de alguns senadores por ter prometido, durante a campanha que o elegeu para o Executivo, recriar a Sudene, mas, na avaliação desses parlamentares, não ter atuado nesse sentido. José Jorge (PFL-PE), César Borges (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) lembraram que, em vez de encaminhar o tema na forma de medida provisória, o governo enviou projeto em regime de urgência e, posteriormente, retirou a urgência, o que atrasou sua tramitação.

Já Marco Maciel (PFL-PE) e Heloísa Helena (PSOL-AL) destacaram como um dos itens positivos no projeto que recria a autarquia a instituição de mecanismos de controle, monitoramento e fiscalização dos recursos e projetos financiados pela superintendência. Os senadores Aelton Freitas (PL-MG), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Gerson Camata (PMDB-ES) aplaudiram a inclusão de municípios mineiros e capixabas na área de abrangência da Sudene.

Sudam também pode voltar a funcionar

Projeto de iniciativa do Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi aprovado pelo Plenário do Senado. Assim como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Sudam foi extinta por medida provisória em maio de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A nova Sudam vai substituir a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) em seus direitos e obrigações. A ADA havia sido instituída no lugar da antiga superintendência, que teve a imagem manchada por escândalos de corrupção. À época da mudança, calculava-se em R\$ 2 bilhões o total de recursos desviados da Sudam.

A nova superintendência da Amazônia foi delineada como uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede em Belém do

Pará. A área de atuação abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão. O objetivo principal do órgão é promover o desenvolvimento econômico da região amazônica.

A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), elaborou substitutivo ao projeto da Câmara dos Deputados, que já havia alterado a proposta do governo. A senadora incluiu entre as atribuições da Sudam a busca do desenvolvimento sustentável, a regionalização da política industrial e o assessoramento ao Ministério do Planejamento na preparação de planos e previsões de recursos para a Amazônia no Orçamento da União.

De acordo com Ana Júlia, a nova superintendência regional será mais transparente e estará sujeita a controle social. A relatora também inseriu dispositivo segundo o qual a autarquia vai colaborar no combate à biopirataria.

– A Sudam vai atuar com uma visão de desenvolvimento regional muito mais contemporânea, mais adequada. Esse modelo da Sudam está atualizado em relação ao que significa um órgão de fomento ou desenvolvimento regional – disse a senadora.

Foram ainda aprovadas duas emendas do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), relativas ao conselho deliberativo. O projeto volta para o exame da Câmara dos Deputados.



Relatora da matéria, Ana Júlia destaca que autarquia terá gestão mais transparente

MOREIRA MARIZ

Direitos sobre trilhas sonoras poderão ser pagos na contratação

O Plenário aprovou substitutivo de Roberto Saturnino (PT-RJ), relator na Comissão de Educação (CE), a projeto que trata de direitos autorais sobre trilhas sonoras de obras audiovisuais e cinematográficas exibidas publicamente.

O substitutivo manteve o teor do projeto original (PLS 532/03), que define a

obra cinematográfica e audiovisual como um todo inseparável e, por isso, estabelece que os direitos autorais sobre trilhas sonoras devem ser pagos no momento da contratação da produção da obra, e não depois.

Ainda é possível apresentar emendas ao substitutivo, uma vez que a apresen-

tação do texto final para votação em turno suplementar foi adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária, a ser realizada apenas após o dia 15 de fevereiro. Isso porque a matéria não consta da pauta da convocação extraordinária divulgada na última quinta-feira.

– Espero que não haja alterações, para

que o projeto permaneça da forma como foi aprovado – declarou Saturnino.

O projeto foi cercado de polêmica porque elimina a cobrança de 2,5% sobre a receita bruta da bilheteria, prática adotada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) para arrecadar os direitos autorais sobre trilhas sonoras.

PLENÁRIO

João Ribeiro alerta para surto de doença

O surto de uma doença que pode ter causado a cegueira de 12 pessoas no Tocantins, além de ter contaminado outras 262, foi assunto do discurso do senador João Ribeiro (PL-TO), na quinta-feira. Os casos ocorreram no município de Araguatins, localizado a cerca de 600 quilômetros da capital, Palmas, no extremo norte do estado. Suspeita-se que as vítimas – entre as quais há muitas crianças – tenham sido contaminadas por um parasita transmitido por caramujos.

– A ocorrência da cegueira entre as vítimas é de uma rapidez impressionante – disse João Ribeiro, acrescentando que “a única forma de diagnosticar a doença é a realização de uma biópsia no olho das pessoas”.

Segundo o parlamentar, o Ministério da Saúde está tomando as providências necessárias para descobrir o que está ocorrendo na região. Ele declarou que Araguatins, localizada na região do Bico do Papagaio, é um dos maiores municípios do estado.



Segundo João Ribeiro, doença pode ter causado a cegueira de 12 pessoas em Araguatins

Tourinho quer benefícios para moradores de rua

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) registrou, na quarta-feira, a passagem do Dia Nacional de Combate à Pobreza e anunciou que pretende apresentar projetos de lei para beneficiar os moradores de rua. De acordo com o senador, para resolver os problemas desse grupo da população é preciso implementar diversas políticas públicas que

constem, inclusive, do Plano Plurianual (PPA).

O senador informou que está elaborando proposições para garantir atendimento médico e ensino profissionalizante aos moradores de rua. O objetivo é qualificá-los para o mercado de trabalho e resgatar sua dignidade. Tais ações, segundo o parlamentar, poderão ser reali-

zadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado em 2000. Para Tourinho, dar visibilidade ao problema dos moradores de rua é uma forma de colaborar para a sua resolução. Ele lamentou que as leis abordem a questão de forma indireta, chamando-os de “pessoas que perderam seus vínculos familiares”.

Serys pede atenção para olimpíada de matemática

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou, em pronunciamento no Plenário, a realização da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática, que está sendo promovida pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), com a colaboração do Ministério da Educação e outras entidades autônomas da área educacional de matemática.

Serys conclamou a imprensa a dar maior destaque ao torneio, salientando a importância do ensino dessa matéria para os brasileiros, e elogiando o ineditismo da iniciativa.

– Espero que o governo apóie esse evento também para 2006 – afirmou a senadora, lamentando ainda que o ensino da matemática não tenha o reconhecimento necessário no Brasil.

No discurso, a senadora também fez referência aos cem dias da greve dos professores universitários, ressaltando que a paralisação está conseguindo o reconhecimento do governo e apontando alguns avanços alcançados pelo movimento docente. Entre eles, disse Serys, apontou a paridade de salários entre os professores da ativa e aposentados, que está sendo negociada com o governo.

– Mas, infelizmente, outras negociações não andaram – concluiu.

José Jorge critica leilão para concessão de usina

O leilão para a concessão de novas usinas hidrelétricas que o governo realizou na sexta-feira está sendo chamado pelos especialistas como “chapa branca”, disse José Jorge (PFL-PE). A consequência do novo modelo implantado pelo atual governo, afirmou, deve ser a fuga dos investimentos privados, aumento do risco de desabastecimento e o encarecimento da energia para o consumidor.

– Na avaliação do mercado, o governo errou ao estabelecer um preço máximo que não garante o retorno de pelo menos 15%, exigidos pelos investidores privados. Este é mais um exemplo eloquente da incompetência gerencial e da imprevidência do atual governo – ressaltou.

Lembrando que o último leilão para a concessão de novas usinas hidrelétricas ocorreu em 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador frisou que, segundo especialistas, nunca o país passou por um período tão longo sem investimentos na geração de energia elétrica.

Em aparte, Delcídio Amaral (PT-MS) e Sibá Machado (PT-AC) disseram que o leilão servirá de teste para o novo modelo do setor elétrico nacional. Por sua vez, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) declarou que as ações do governo implicarão o risco do país enfrentar um novo “apagão” no futuro.

Magno Malta lembra significado do Natal e conclama à reflexão

Em discurso de despedida do ano legislativo, proferido na quinta-feira, o senador Magno Malta (PL-ES) conclamou as pessoas à reflexão sobre o “verdadeiro significado do Natal”.

Lembrando que a sessão que estava sendo realizada expressava um clima natalino, o senador criticou “a caridade oportunista daqueles que querem apenas aliviar a consciência”, referindo-se às doações filantrópicas e “generosidades típicas da época”, ressaltou.

– A festa de consumo do luxo

num país de 10 milhões de miseráveis é uma negação ao que pregou Jesus – enfatizou, sustentando que o espírito do Natal deve valer por todo o ano.

O senador fez ainda uma homenagem aos funcionários do Senado, agradecendo a atenção que deles recebeu na sessão legislativa de 2005.

Associaram-se ao discurso de Magno Malta os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Baptista Motta (PSDB-ES) e Heloísa Helena (PSOL-AL), que presidia a sessão.

Flexa Ribeiro deseja que o sentimento de união prevaleça

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em discurso na quinta-feira, ressaltou que a importância do Natal está na comemoração do nascimento de Jesus, pedindo a todos que deixem de lado o aspecto comercial da festa e enfatizem os sentimentos de união. Ele desejou que o espírito natalino perdurasse ao longo de todos os dias do ano.

Flexa Ribeiro agradeceu a Deus a oportunidade de re-

presentar o povo do Pará no Senado, saudou os demais senadores e agradeceu a dedicação ao trabalho de todos os funcionários do Congresso e de seu gabinete.

Ao expressar votos de feliz Natal e bom Ano-Novo para todos os paraenses, em especial, o senador pediu a Deus bênçãos para o Brasil. Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) associou-se aos agradecimentos de Flexa Ribeiro.

Heloísa: "Jesus enfrentou os hipócritas e os poderosos"

Ao mencionar o Natal, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) leu em Plenário, na quinta-feira, trechos dos Evangelhos, afirmando que a vida de Jesus traz inúmeras lições para os tempos atuais. Heloísa ressaltou que Jesus



Heloísa Helena

“desafiou o moralismo e as tradições, combateu a hipocrisia, pregou a humildade e enfrentou os poderosos, a quem chamou de raça de víboras”.

Heloísa Helena lembrou que Jesus escolheu primeiro os pobres como seus seguidores, acrescentando que sua preferência era para as crianças.

– Ele avisou aos seus bajuladores, que tentavam afastar as crianças de seu convívio, que para entrar no Paraíso teriam que se tornar crianças – disse.

A senadora acrescentou que a execução orçamentária deste ano poderia ter seguido este exemplo, observando que “o

que está reservado para as crianças é infame e ridículo”.

– As nossas crianças de rua estão vendendo o corpo por um prato de comida e os nossos meninos pobres matando outros pobres porque a vida já lhes retirou tudo

– afirmou Heloísa.

Em apartes, os senadores Alberto Silva (PMDB-PI), Romeu Tuma (PFL-SP), Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF), Almeida Lima (PMDB-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Wellington Salgado (PMDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Heráclito Fortes (PFL-PI), Augusto Botelho (PDT-RR) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) elogiaram o discurso de Heloísa Helena, destacando que em um ano conturbado como 2005, as palavras dela enternecem os corações dos cristãos.

EDUCAÇÃO - Ao fazer uma reflexão sobre 2005 e traçar projeções para 2006, Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou a educação como prioridade fundamental para a conquista de melhoria na qualidade de vida dos brasileiros. Conforme observou, quem tem acesso à educação alimenta-se, veste-se e mora melhor. Suassuna ressaltou a necessidade de o Congresso dedicar-se a essa questão, entre outros temas, mais do que nunca. – Espero que 2006 seja um ano de felicidade e sucesso e que seja politicamente menos instável que 2005 – declarou o senador.

OTIMISMO - Ideli Salvatti (PT-SC) fez um balanço positivo do exercício do seu mandato devido aos avanços obtidos no país em 2005. A senadora lembrou que, em sua campanha ao Senado, assumiu três compromissos: ajudar o governo Lula a fazer as mudanças necessárias ao país; lutar pelos direitos da mulher; e defender os interesses de Santa Catarina, o que, ao seu ver, tem cumprido. A senadora se disse orgulhosa pelo fato de o governo ter buscado o crescimento e ter gerado empregos.

AVANÇOS - Mesmo constatando que 2005 foi um ano difícil para o Brasil, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que o país tem também muito o que comemorar. Um dos avanços ocorridos, segundo a senadora, foi a aprovação, pelo Senado, do projeto que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A senadora também destacou iniciativas do governo federal que, na sua avaliação, merecem ser comemoradas pela população, como o Programa Luz para Todos, que até novembro tinha atendido 219 mil famílias da região Norte.

SÃO FRANCISCO - Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou encontro do presidente Lula, acompanhado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, com o bispo dom Luiz Flávio Cappio, na quinta-feira. Dom Cappio é bispo da diocese de Barra, na Bahia, e fez greve de fome em protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Suplicy ressaltou que é importante analisar com cuidado o projeto de transposição, que está orçado em mais de R\$ 4 bilhões. Ele questionou se as águas que devem ser desviadas poderão atender às necessidades da população.

PLENÁRIO



Sérgio Zambiasi pediu providências imediatas para baixar os preços das passagens, que hoje já são fator de exclusão social

Para Zambiasi, transporte urbano agora é luxo

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sustentou da tribuna que os altos preços das passagens de ônibus urbanos no Brasil estão transformando esse serviço público em "artigo de luxo" para as pessoas mais pobres e novo fator de exclusão social. Ele pediu ao governo que se manifeste sobre as propostas feitas em agosto por prefeitos para reduzir os preços das passagens, entre elas corte de impostos sobre o óleo diesel e encargos sociais das companhias de ônibus.

Ao solicitar rapidez do governo, Zambiasi lembrou as recentes manifestações populares, lideradas por estudantes, contra os reajustes de preços de tarifas de ônibus em Salvador, Florianópolis e Recife. Informou que as sugestões dos prefeitos ao presidente Lula e ao ministro das Cidades, Márcio Fortes, permitiriam diminuição de pelo menos 15% nos preços das passagens. O corte à metade nos impostos cobrados sobre o óleo diesel dos ônibus reduziria 10%

Marco Maciel alerta para dívidas de aposentados

Marco Maciel (PFL-PE) mostrou-se preocupado com as dificuldades enfrentadas por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que aderiram ao empréstimo com desconto em folha criado pela Lei 10.820/03. O senador citou matérias dos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* mostrando beneficiários do INSS no limite de endividamento, com alto comprometimento da renda mensal, e sendo vítimas de fraudes de empresas que tentam atrair clientes oferecendo financiamento supostamente a custo baixo e longo prazo.

Segundo levantamento do Banco Central, 76% dos segura-

dos do INSS com benefícios de um a três salários mínimos devem a instituições de crédito.

Marco Maciel disse ainda que os empréstimos nessa modalidade chegaram a R\$ 30 bilhões em outubro, volume 2,5% maior que o de setembro, e que o crescimento do endividamento de aposentados e pensionistas também foi acompanhado pelo aumento da inadimplência, conforme atesta a Serasa.

– Diante desse grave problema, não vejo outra saída a não ser apresentar projeto revogando essa lei – afirmou.

Marco Maciel somou-se, ainda, às homenagens ao deputado federal Ricardo Fiúza (PP-PE), falecido na segunda-feira.

Para Teotonio, PT reestatiza a energia

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou na quarta-feira a ausência de empresas privadas no primeiro leilão de energia nova, feito pela Agência de Energia Elétrica (Aneel) na sexta-feira. O setor chama de energia nova aquela proveniente de empreendimentos de geração que entraram em operação comercial a partir de 2003, mas que não foram até agora contratados. O desinteresse da iniciativa privada, disse, seria em razão da falta de segurança com relação às normas estabelecidas e a inviabilidade do preço máximo pretendido pelo megawatt/hora gerado, fixado pelo governo em torno de R\$ 116 reais.

– O governo do Partido dos Trabalhadores não conseguiu delimitar, com clareza, um marco

regulatório consistente para o setor elétrico. Ao contrário, está promovendo clara reestatização na área.

Teotonio manifestou ainda sua preocupação com a possibilidade de ocorrência de racionamento de energia elétrica em 2009. Os projetos programados para licitação, de acordo com o senador, poderiam fornecer apenas 1,054 mil megawatts de energia, diante de uma demanda, calculada por especialistas, em 4 mil megawatts. Além disso, ressaltou, o prazo de três anos até 2009 seria insuficiente para a construção das novas hidrelétricas.



Teotonio Vilela Filho criticou a ausência de empresas privadas em leilão da Aneel

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) criticou também o governo federal pela falta de investimentos na construção de novas usinas hidrelétricas.

Sibá visita obras da ponte binacional

O senador Sibá Machado (PT-AC) relatou visita que fez a alguns municípios do Acre e à fronteira daquele estado com o Peru, onde pôde observar as obras da ponte binacional Brasil-Peru, que em breve deverá ser inaugurada. A ponte, que está sendo erguida sobre o rio Acre, permitirá o acesso do Brasil ao Pacífico por meio de uma rodovia que corta o país vizinho.

– Em breve poderemos inaugurar a ponte, que resulta de esforço conjunto dos governos

do Brasil e do Peru – enfatizou, salientando a importância da ligação internacional para a economia da Amazônia e de todo o país.

Sibá pediu ainda ao governo federal a instalação de superintendências regionais da Caixa Econômica Federal e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de uma unidade do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Acre.

O parlamentar também cumprimentou a Justiça do Pará pela agilidade no julgamento

dos assassinos da missionária Dorothy Lang.

– Quero cumprimentar a Justiça do Pará porque eu mesmo não acreditava na celeridade do julgamento. Ao mesmo tempo, quero pedir desculpas por ter manifestado essa impressão – disse o senador.

Finalizando, Sibá Machado agradeceu o título de cidadão acreano conferido a ele pela Assembleia Legislativa do Acre. O senador Sibá, que representa o estado do Acre no Senado, é natural do Piauí.

Alberto Silva quer plantio de mamona no semi-árido

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu na terça-feira a intermediação do senador Tião Viana (PT-AC) junto ao governo para a plantação da mamona no semi-árido nordestino, no âmbito do programa de biodiesel.

Alberto Silva lembrou que o presidente Lula, quando esteve no Piauí, prometeu aos lavradores que criaria o programa, mas um grupo de trabalho da Embrapa produziu documento propondo zoneamento do plantio da mamona que restringe sua área de plantação. Para o senador, um pequeno grupo de trabalho não pode contestar a decisão do presidente.

Ao relembrar sua luta pelo projeto por mais de cinco anos, Alberto Silva disse que o zoneamento não apresenta consistência técnica, rebatendo a afirmação de que a mamona não pode ser plantada em qualquer lugar e que ela apresenta risco climático.

Mão Santa pede prazo maior para pescadores

Mão Santa (PMDB-PI) solidarizou-se com reivindicação dos pescadores do Piauí e criticou a atuação do Ministério da Pesca. De acordo com o parlamentar, os pescadores concordam com o recadastramento feito pelo ministério, mas pedem a prorrogação do prazo, que se encerra em 31 de dezembro.

O senador informou que há 32 colônias de pesca no Piauí, reunindo mais de 5 mil trabalhadores.

Mão Santa também registrou os 115 anos – comemorados na segunda-feira – da elevação de Picos (PI) à categoria de cidade. O município, informou o parlamentar, tem hoje aproximadamente 70 mil habitantes.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que há uma emenda ao Orçamento de 2006 destinando recursos para a recuperação do leito do rio Guariba, que corta o município de Picos.

IRAQUE - Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o discurso que o dramaturgo e escritor inglês Harold Pinter fez em agradecimento pelo Prêmio Nobel de Literatura, que recebeu no último dia 13 de outubro. No discurso - enviado por escrito à Academia de Ciências da Suécia, em Estocolmo, pois Pinter, de 75 anos, está doente - ele critica

o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, pela invasão do Iraque. Segundo o escritor, Bush e Blair manipularam a opinião pública internacional para exercerem o domínio do petróleo no Oriente Médio. Suplicy destacou trechos nos quais o escritor questiona a verdadeira finalidade do ataque contra Sadam Hussein.

BUROCRACIA - Aelton Freitas (PL-MG) protestou contra o excesso de procedimentos burocráticos que inviabiliza os investimentos em saneamento básico em centenas de municípios. De acordo com Aelton, para contrair empréstimos, as prefeituras, mesmo estando em dia com suas contas, dependem de autorização federal, que ocorre em passos lentos. O senador defendeu mudança urgente nesse processo de autorização.

MINISSÉRIE JK - Paulo Octávio (PFL-DF) agradeceu à Rede Globo e parabenizou a emissora pela minissérie *JK*, de Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira, que estreia em 3 de janeiro, sobre a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senador participou do lançamento da obra, realizado no memorial JK, em Brasília, com a presença de artistas, familiares e amigos de JK.

CACOAL - Valdir Raupp (PMDB-RO) enalteceu o trabalho da prefeita de Cacoal (RO), Sueli Aragão, que, segundo afirmou, colocou o município entre os que têm os melhores índices de qualidade de vida e desenvolvimento social da região Norte, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Raupp ressaltou que a história de Cacoal pode ser dividida em antes e depois de Sueli Aragão, que está à frente da prefeitura desde 2001.

PLENÁRIO

Cristovam lembra os 37 anos do AI-5

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ocupou a tribuna na terça-feira para lembrar o 37º aniversário do Ato Institucional nº 5, o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo regime militar. Para ele, o AI-5 foi “um dos atos mais aberrantes da história brasileira”, levando ao fechamento do Congresso Nacional, à cassação de parlamentares, à perseguição das oposições e ao acirramento da censura.

Cristovam afirmou que o país, agora, precisa “casar a democracia construída quando da derrubada do AI-5 com o atendimento das necessidades sociais”. Enquanto isso não for feito, frisou o senador, “a democracia, ainda que seja uma grande conquista, ainda não valeu a pena suficientemente, porque não chegou a todos os brasileiros”.

Cobaias humanas

Cristovam Buarque solicitou ao Ministério Público Federal que investigue a denúncia de uso de cobaias humanas no Amapá. Notícias veiculadas nos últimos dias afirmam que moradores de uma comunidade localizada em Santana (AP) teriam sido utilizados como iscas para atrair mosquitos transmissores de malária, recebendo R\$ 12 por 6,5 horas de trabalho, nas quais cada um deveria “alimentar cem mosquitos no seu braço ou perna para estudos de marcação-recaptura”.

O senador, que é presidente da



Cristovam solicita também investigação sobre uso de cobaias humanas no Amapá

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), pretende convidar os ministros da Saúde, Saraiva Felipe, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para que prestem esclarecimentos sobre a questão.

Grampo na Rede Gazeta gera protestos

Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o Senado estude uma forma de evitar que autorizações judiciais para escutas telefônicas sejam utilizadas para interesses escusos. A senadora fez a proposta após relatar caso ocorrido em abril deste ano, no Espírito Santo, quando o sistema de monitoramento telefônico do governo daquele estado foi utilizado de forma ilegal para monitorar conversas telefônicas de jornalistas e funcionários da Rede Gazeta.

As gravações seriam utilizadas no processo de investigação do assassinato do juiz Alexandre Martins. Na relação dos que teriam a escuta autorizada pelo Judiciário, foi trocado o telefone da Telhauto,

empresa de fachada, pelo número da central da Rede Gazeta.

Magno Malta (PL-ES) também protestou contra a escuta telefônica de jornalistas. O senador defendeu o envio de documentos ao presidente da República e ao ministro da Justiça solicitando “investigação rigorosa e rápida” do caso.

João Batista Motta (PSDB-ES) foi outro a registrar indignação à arbitrariedade cometida contra jornalistas da Rede Gazeta, grampeados durante 30 dias.

Romeu Tuma (PFL-SP), que foi diretor da Polícia Federal, disse que o juiz que dá autorização para escuta deve requerer a cada semana ou dez dias um relatório

a respeito do que está sendo apurado. O senador acrescentou que o Conselho Nacional de Justiça pode se manifestar sobre o assunto para uma fiscalização mais rigorosa do Judiciário e atribuir responsabilidades a quem autoriza o grampo telefônico.

Divulgação do processo que envolve a Kroll

Ideli Salvatti considerou absurda decisão da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo determinando à Folha Online que retire de sua página todas as matérias sobre o processo que apura a contratação da empresa Kroll, pela Brasil Telecom, para investigar a Telecom Itália.

Agripino quer explicação de ministros sobre greve

O senador José Agripino (PFL-RN) informou que proporá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a convocação dos ministros da Previdência, Nelson Machado, e da Saúde, Saraiva Felipe. Ele quer saber de quem é a responsabilidade pela greve dos médicos autônomos do Sistema Único de Saúde (SUS) em Natal (RN), que ameaça se espalhar por outros estados brasileiros. São os médicos autônomos que realizam cirurgias complexas como pontes de safena e operações cardiovasculares.

Segundo Agripino, os médicos

autônomos protestam porque o estado não recolhe a parte do empregador no que diz respeito à contribuição previdenciária.

O senador explicou que os médicos pagam sua parte da contribuição e que o Ministério da Previdência pediu que o Ministério da Saúde pagasse a parte do empregador. Mas o Ministério da Saúde, afirmou Agripino, alegou que a tarefa cabe a cada estado e município. A prefeitura de Natal, por sua vez, também se recusou a pagar informando que a responsabilidade era dos hospitais.

Viana: Acre deverá eliminar hanseníase até 2006

O Acre deverá eliminar a hanseníase até o final de 2006, afirmou o senador Tião Viana (PT-AC). Ele disse que atualmente o estado apresenta três casos da doença para cada 10 mil habitantes; na década de 70, ressaltou, havia 110 casos para cada 10 mil habitantes.

Tião Viana declarou que essa evolução é resultado da parceria – “que existe há vários anos” – entre o governo do estado, o Ministério da Saúde e organizações não-governamentais (ONGs) como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Ele também salientou a importância da atuação de entidades religiosas, como as igrejas Católica e evangélicas.

O senador pelo Acre declarou que 72% dos casos de hanseníase no Brasil estão concentrados em 206 municípios – sendo que o país possui 5.561 –, o que facilitaria a aplicação de

uma política de saúde pública “pactuada entre municípios, estados, ONGs e o Ministério da Saúde”.

– E o custo é baixíssimo: uma ação direta de comunicação, diagnóstico precoce e tratamento podem resolver o problema – afirmou Viana, acrescentando que, em 2003, o país detinha 87% dos casos na América Latina.



Estado apresenta três casos da doença para cada 10 mil habitantes, diz Tião Viana

ACM denuncia tráfico de influência na Bahia

Mostrando matérias de jornal com denúncias de tráfico de influência envolvendo desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pediu providências urgentes ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Nelson Jobim, para inibir essa prática no Judiciário. Para o senador, o Supremo Tribunal Federal é o único tribunal brasileiro imune a essas práticas.

Antonio Carlos também demonstrou preocupação com a reputação da publicidade brasileira diante da crise política, que envolve denúncias de desvio de dinheiro público por meio de agências de propaganda. Ele disse que o setor não pode ficar sob suspeição, uma vez que as denúncias nada têm a ver com a atividade, mas com o governo.

O senador ressaltou a importância do setor para a economia, registrando que a produção publicitária do Brasil é considerada a terceira melhor do mundo, atrás somente da dos Estados Unidos e da Inglaterra. ACM considera que a atividade é fator determinante das transformações sociais, viabilizando investimentos, incrementando consumo e gerando riquezas e empregos. No Brasil, informou, a publicidade movimenta R\$ 15 bilhões por ano.

– Os efeitos dessa crise no setor podem ser desastrosos para o país – afirmou.

Paim pede tramitação ágil do Estatuto da Mulher

Pesquisa realizada pelo Senado sobre violência doméstica contra mulheres constatou que 95% das entrevistadas consideram muito importante a criação de uma legislação específica para a proteção da mulher na sociedade brasileira. Diante desse resultado, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu uma rápida aprovação do Estatuto da Mulher (PLC 1.399/03), em tramitação na Câmara.

O estatuto determina, entre outras medidas, que o Sistema Único de Saúde (SUS) garanta periodicamente exames de prevenção do câncer de mama, do colo e de útero, da hipertensão e programas de acompanhamento de pré-natal e perinatal, além de programas de orientação, distribuição de medicamentos e dispositivos contraceptivos. Também estabelece atendimento prioritário à mulher chefe de família, à mãe solteira, à mulher soropositiva, às portadoras de necessidades especiais e àquelas que comprovarem incapacidade de manter seu próprio sustento.

Segundo Paim, o relatório final da pesquisa feita pelo Senado apontou que 33% das entrevistadas afirmaram que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica. Dentre as agredidas, 71% disseram ter sofrido agressões mais de uma vez. Metade o foram por quatro vezes ou mais.

– Não é natural que um ser humano subjugue o outro, imprimindo em sua convivência diária uma prática primitiva e inconcebível – assinalou.

Em aparte, Iris de Araújo (PMDB-GO) disse lamentar que as mulheres, embora representem 54% do eleitorado brasileiro, não consigam uma participação mais ativa nas decisões políticas do país.

Confirmada isenção do IR para portadores de fibrose cística

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu a transcrição integral de nota técnica da Secretaria da Receita Federal (SRF) que confirma a manutenção da isenção do Imposto de Renda (IR) para os rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão de portadores de fibrose cística. O esclarecimento foi suscitado por requerimento de informações do parlamentar ao ministro da Fazenda,

Antonio Palocci.

Apesar de a Consultoria Legislativa e a Secretaria Geral da Mesa do Senado já terem firmado convicção sobre a permanência do benefício, Tuma resolveu tirar a dúvida junto à Receita Federal diante das sucessivas mudanças no rol de doenças graves passíveis de isenção do IR. Conforme explicou, a fibrose cística foi incluída nessa relação pela Lei 9.250/95.

Aelton Freitas sugere medidas para prevenir epidemia de gripe aviária

Aelton Freitas (PL-MG) chamou a atenção para o perigo de uma epidemia de gripe aviária no Brasil. O senador sugeriu aprimoramentos no plano desenvolvido pelo governo para prevenir e enfrentar essa possibilidade.

Segundo Aelton, é preciso desenvolver um plano de comunicação nacional que possa orientar e tranquilizar a população. Campanhas de alerta em locais de grande trânsito de pes-

soas também seria fundamental, afirmou. Outra medida sugerida para o combate à gripe aviária seria a destinação de recursos para a compra de equipamentos e remédios e para o pagamento de profissionais da saúde.

A eclosão de uma epidemia de gripe aviária é vista pelo senador como uma ameaça à população, e também ao setor agropecuário nacional, que, lembrou, teve um péssimo desempenho em 2005.

Voz do Leitor

INDICAÇÃO

“Meus cumprimentos ao senador Jefferson Péres pela declaração de que apresentará um projeto para retirar do presidente da República o poder de indicar os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF). Considero feliz, oportuna e necessária tal medida.”
Rodolpho Pereira Lima, de Bauru (SP)

PROGRAMA SOCIAL

“Gostaria de sugerir à senadora Ideli Salvatti que proponha a expansão para todo o Brasil do programa do leite, que atualmente beneficia apenas o semi-árido nordestino.”
Cláudio Manoel Vieira Santos, de Baldim (MG)

ENTERRO

“Senador Eduardo Suplicy, sugiro um projeto de lei para que os indigentes e os cidadãos de classes mais baixas tenham direito a um sepultamento gratuito, digno e definitivo. Em São Paulo, após certo prazo, a área onde foi sepultado um indigente pode ser liberada para novos enterros. Não concordo com isso. O projeto que sugiro deve proteger essas pessoas, obrigando o governo a deixá-las enterradas definitivamente.”
Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

JOSÉ DIRCEU

“Senhores parlamentares, congratulo-me com os senhores pela cassação do mandato do deputado federal José Dirceu. Estamos acompanhando de perto a continuidade dos trabalhos das CPIs e aguardamos mais cassações pela frente.”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Esse foi o xeque-mate para 2006. Por favor, não deixem escapar ninguém que esteja envolvido.”
Adriano Neto, de Belém (PA)

PLANO DE SAÚDE

“Senador Antonio Carlos Magalhães, é lícito um plano de saúde cobrar mensalidades de quase R\$ 60 de quem ganha menos de R\$ 600 e sustenta uma família de cinco pessoas?”
Márcia dos Santos Amburgo, de Alagoinhas (BA)

RACISMO

“Senador Paulo Paim, sugiro um projeto de lei proibindo o uso na imprensa de expressões populares que denotem racismo, tais como ‘magia negra’, ‘a coisa está preta’, entre outras.”
Sebastião Milagre da Costa, de Santana de Parnaíba (SP)

GOVERNO LULA

“Acredito que o Brasil vem passando por momentos muito bons: melhor economia, saúde e emprego, entre outras coisas. O presidente Lula está sendo um exemplo de político.”
Erlando Vasconcelos César, de Tianguá (CE)

IMPEACHMENT

“Como cidadão, me vejo indignado diante da falta de lealdade que o presidente Lula vem causando. Sinto-me constrangido, decepcionado e descrente das instituições e da própria democracia. Peço às autoridades que façam a petição do processo de impeachment do cargo que lhe confiamos na última eleição para presidente da República.”
Eder Ribeiro de Queiroz, de São Paulo (SP)

Pergunte ao Senador

FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Arianderson Nascimento, de Feira de Santana (BA)

“Senador Rodolpho Tourinho, diante da possibilidade de a região Nordeste enfrentar falta de energia elétrica, gostaria de saber qual a destinação dos valores arrecadados com o seguro-emergencial, cobrado todos os meses.”

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) responde:

Caro Arianderson, o “seguro-apagão” foi criado na época do racionamento de energia para possibilitar a construção e operação de usinas termelétricas emergenciais. A arrecadação é constituída de dois encargos cobrados na conta de luz de todos os consumidores do país, com exceção dos de baixa renda: o Encargo de Capacidade Emergencial (ECE), que paga pelo aluguel dessas usinas, e o Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (EAE), que paga o combustível dessas usinas quando elas efetivamente geram energia. O “seguro-apagão” foi instituído pela Lei 10.438/02 e pela Resolução 249/00 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A legislação determina a cobrança dos adicionais até 30 de junho de 2006.



NOVOS EMPREGOS

Elieú Feitosa da Silva, de Ceilândia (DF)

“Senador Paulo Octávio, na sua opinião, o que impede a criação de empregos e a geração de renda no país, e a diminuição das desigualdades?”

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) responde:

Caro Elieú, a criação de novos empregos e a geração de renda é um tema que sempre me preocupou na vida pública. Vindo da iniciativa privada, proponho à administração pública, em primeiro lugar, agir com austeridade no uso das despesas. O Estado não pode continuar nesse ritmo de aumento de despesas que acarreta o aumento de impostos. Diminuindo as despesas, sobrarão mais recursos para investimentos em infraestrutura, condição essencial para os investimentos privados prosperarem. Sou defensor também do empreendedorismo como forma de o cidadão contribuir para o crescimento da economia. Quando sou convidado para parafinar turmas de formandos, costumo dizer que eles não devem se preocupar somente com a obtenção de emprego, mas sim com quantos empregos vão gerar. Nós temos que implementar medidas que, sem depender de investimentos do Estado, ajudem a alavancar a economia. Para isso, temos que soltar as amarras que nos prendem, como legislações e conceitos retrógrados. O turismo, por exemplo, pode ser um instrumento de geração de empregos e renda em nosso país, mas está muito aquém do que deveria. Apesar dos nossos esforços e os do ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, o Itamaraty teima em se apegar ao princípio da reciprocidade, e não quer abrir mão da concessão do visto para os turistas norte-americanos que nos visitam. É um absurdo que nos prejudica, evitando que milhares de estrangeiros nos visitem, procurando outros países que não exigem o visto. Liberar ainda mais a economia e investir em infraestrutura e educação é o caminho para a geração de empregos e renda.



Frases

“A genuflexão, definitivamente, não é a nossa vocação”

Renan Calheiros, ao criticar o “terrorismo retórico” de quem apostou na impunidade dos acusados de corrupção.

“As ações do Executivo fizeram com que a distância entre pobres e ricos caísse”

Ideli Salvatti, ao comemorar a pesquisa do Pnad favorável ao governo federal.

“A chance de reeleição do presidente Lula é zero”

Jorge Bornhausen, ao comentar as pesquisas de opinião desfavoráveis ao governo.

“2005 entrará para a história do país como o ano da desilusão”

Efraim Moraes, referindo-se às denúncias de corrupção e de caixa dois que envolveram o PT.

“O país precisa casar a democracia construída quando da derrubada do AI-5 com o atendimento às necessidades sociais”

Cristovam Buarque, sobre o 37º aniversário do Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968.

“A exposição é uma necessidade da construção política”

Nelson Jobim, ao rebater, em evento no Senado, críticas sobre a presença de membros da magistratura no Congresso para debater questões relacionadas à Justiça.

“[Nos Estados Unidos] conservadorismo em economia não se confunde com ortodoxia burra”

Marcelo Crivella, ao comparar a política econômica aplicada nos EUA e no Brasil.

“Parabênizo a sociedade brasileira por sua participação e paciência durante o desenrolar da atual crise política”

César Borges, ao afirmar que os brasileiros saberão a quem responsabilizar pela crise política nas eleições do próximo ano.

“O PT está promovendo rodízio de pizza na Câmara”

Antero Paes de Barros, sobre a absolvição do deputado Romeu Queiroz, acusado de quebra do decoro parlamentar por receber dinheiro do valerioduto.

Foto da Semana

Com a corda no pescoço, literalmente, cerca de 200 prefeitos lotaram o Congresso Nacional na última terça-feira para pressionar os parlamentares a aprovar projetos de interesse dos municípios. “Enforcados” pela falta de dinheiro, eles reclamam da demora na votação do aumento em um ponto percentual no repasse de recursos da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)



VALTER CAMPANATO/ABR

Cinema como instrumento de inclusão social

O programa *Inclusão*, da TV Senado, tratará este mês do tema "Cinema Brasileiro - Instrumento de Inclusão Social e Defesa dos Direitos Humanos", com a exibição de trechos dos filmes que mais se destacaram no 38º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e de entrevistas com os diretores.

Inclusão trará ainda uma homenagem especial ao ator Joel Barcelos, que comemora 50 anos de atuação no cinema, e a exibição do filme *Estamira*, que abriu a campanha dos 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher, no Senado.

Segundo a diretora e apresentadora do programa, Solange Calmon, as produções deste ano do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro focaram atenção em temas relativos aos direitos humanos, à inclusão social, às desigualdades sociais, ao preconceito e aos desencontros amorosos. Solange Calmon lembrou que foram abordadas questões ligadas aos sem-teto e aos portadores de Aids e de síndrome de Down.

O programa *Inclusão* será exibido no próximo fim de semana - dias 24 e 25 de dezembro -, no sábado, às 11h30, e no domingo, às 9h30.



Vice-presidente da Rádio Voz da Rússia, Andrej Davydenko (E) é recebido por Agaciel Maia (C), Armando Rollemberg e Ivan Godoy

Senado assina convênio com rádio russa

Representantes da TV e da Rádio Senado firmaram convênio com a Rádio Voz da Rússia. O acordo permitirá a troca de materiais e o intercâmbio de notícias entre o Senado e a rádio russa. Para o vice-presidente da Rádio Voz da Rússia, Andrej Davydenko, o convênio é importante porque abre novas perspectivas de intercâmbio entre os países.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lembrou

que a TV Senado é pioneira no projeto de transmissão, ao vivo e sem cortes, dos trabalhos legislativos. Para o diretor de Comunicação Social do Senado Federal, Armando Rollemberg, difundir a cultura e as ações políticas do Parlamento brasileiro é gratificante. O diretor da Rádio Senado, Ivan Godoy, acrescentou que o acordo permitirá utilizar o material que for mais conveniente para cada país.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Educação de portadores de necessidades especiais

As formas de lidar com autistas, surdos e alunos com outras necessidades especiais foram tema do 1º Seminário Nacional Gestão Pública na Velocidade das Mudanças, realizado na última semana, no auditório do Interlegis. O objetivo do encontro foi discutir com o governo a adequação do sistema educacional às mudanças ocorridas na

sociedade brasileira.

O seminário também abordou o uso de sistemas de informação e inovações tecnológicas. Promovido pela Cooperativa Nacional de Projetos Educacionais e Desenvolvimento Profissional (CNED), o evento teve a parceria do Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (Iplan) e do Senado.

Marinha faz exposição no Salão Negro do Congresso

Em homenagem ao Dia do Marinheiro, comemorado em 13 de dezembro, a Marinha do Brasil promove até esta segunda-feira a exposição *Amazônia Azul*, instalada no Salão Negro do Congresso Nacional.

A exposição apresenta fotos, maquetes e vídeos sobre diversos projetos da Marinha

brasileira, como o Programa Nuclear e o Programa Antártida, além de oferecer informações aos interessados em ingressar na corporação.

No espaço da exposição foi realizada, na última quarta-feira, uma cerimônia em homenagem à Marinha e ao Dia do Marinheiro.

GERALDO MAGELA



Cerimônia de diplomação contou com a participação de senadores, diretores e funcionários

ILB forma nova turma de chefes de gabinete

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na quarta-feira da cerimônia de diplomação do Curso de Formação de Chefes de Gabinete, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que promove capacitação técnica e profissional de servidores de todo o Poder Legislativo nacional. Na cerimônia foram diplomados 77 funcionários. O curso teve início em novembro e foi encerrado no início deste mês.

Os chefes de gabinete complementam o trabalho dos parlamentares. A eficiência desse

trabalho depende da qualidade desses servidores – resumiu Renan Calheiros.

Participaram ainda da solenidade os senadores Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado e diretor nacional do Programa Interlegis, a comunidade virtual do Legislativo brasileiro, Romeu Tuma (PFL-SP), Serys Shessarenko (PT-MT) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT). O diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, e o diretor do ILB, Florian Madruga, também prestigiaram a diplomação.

Capacitação valoriza trabalho legislativo

Ao destacar a importância da capacitação dos funcionários da Casa, Agaciél observou que investir na qualificação do servidor é valorizar o trabalho legislativo. O diretor-geral disse que o Interlegis, o ILB e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) capacitaram quase 6 mil pessoas em 2005. Lembrou que o Congresso é o primeiro Parlamento do mundo a possuir sua própria universidade, que tem como público-alvo servidores de casas legislativas de todo o país.

Reconhecimento do Tribunal de Contas gaúcho

O Instituto Legislativo Brasileiro recebeu do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), na última segunda-feira, a condecoração Carga Farrapa – que reproduz quadro pintado pelo ex-senador gaúcho Guido Mondim. A homenagem representa o reconhecimento do tribunal aos serviços prestados pelo ILB ao Sistema de Fiscalização dos Gastos Públicos.

Em cerimônia realizada na Diretoria Geral do Senado, a honraria foi entregue pelo professor Wremyr Scliar, diretor da Escola de Contas Francisco Jurvena, do Tribunal de Contas gaúcho, ao diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, e ao diretor do ILB, Florian Madruga.

A pintura original, a óleo, está localizada na entrada da sede do tribunal, em Porto Alegre.

GERALDO MAGELA



Equipamentos, maquetes de navios e vídeos sobre programas da Marinha podem ser vistos até esta segunda-feira no Congresso

NR. Por motivo de força maior, o *Jornal do Senado* deixa de publicar na presente edição a resenha literária. A coluna analisa, sempre, uma obra rara de interesse histórico, político e socioeconômico lançada pelo Conselho Editorial da Casa.

Conheça o Senado

Site mostra a atuação dos senadores

O site do Senado Federal na Internet oferece o mais completo acervo de informações, notícias e registros oficiais sobre os senadores e as atividades parlamentares.

Na página “Senadores na Mídia” (www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia), o leitor pode acessar grande parte das notícias que fazem menção aos senadores, publicadas no **Jornal do Senado** e nos principais jornais diários. Entre esses, estão também publicações regionais como *A Gazeta* (AC), *Diário*

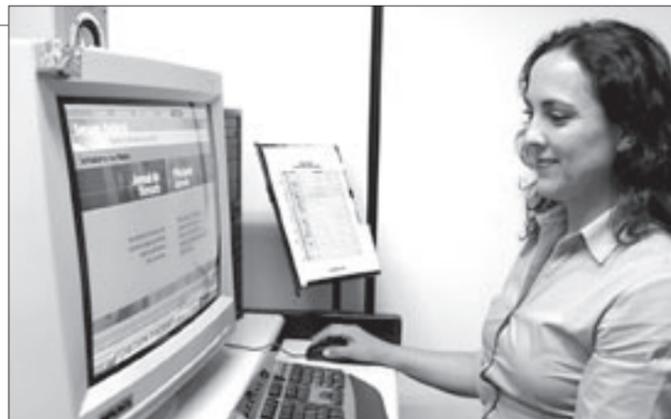
Catarinense (SC) e *Diário do Nordeste* (CE). Há ainda consulta referente ao internacional Reuters News.

A busca de matérias pode ser feita pelo nome do senador, jornal, data específica e período. Os leitores também têm acesso a edições antigas dos jornais, por meio do “histórico de notícias”, com base de dados disponível desde 15 de setembro de 1998.

Na página “Senadores na Mídia” também há remissões diretas para os meios de comunicação da Casa: **Jornal do Senado**,

Agência, TV e Rádio. Em todos eles, os leitores têm acesso a notícias produzidas diariamente sobre votações no Plenário e nas comissões, discursos, audiências públicas, reuniões das comissões e demais eventos ocorridos nas dependências do Senado.

A consulta do material relativo às atividades parlamentares também pode ser feita pelo registro oficial na página “Anais do Senado” (www.senado.gov.br/sf/Publicacoes/Anais), que reúne uma coletânea de discursos, debates, tramitações e



Além do Jornal do Senado, o cidadão tem acesso, na página da Casa, à TV, à Rádio e ao noticiário produzido pela Agência

outros documentos relativos ao processo legislativo.

Os leitores podem pesquisar ainda a página do *Diário do Senado Federal* (www.senado.gov.br/web/cegraf/diario), outra publicação oficial com as decisões e tramitações legislativas, e o texto integral dos pronunciamentos no Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PEDRO FORTES

Alterações da tireóide afetam metabolismo

Cerca de 10% das mulheres acima de 40 anos e de 20% das acima de 60 manifestam algum problema na tireóide. Mas pessoas de todos os sexos e idades estão sujeitas a alterações dessa glândula.

A tireóide é uma glândula em forma de borboleta localizada no pescoço, logo abaixo do pomo-de-adão (ou gogó). Ela produz e secreta os hormônios T3 (tiroditiironina) e T4 (tiroxina), que atuam no funcionamento de vários órgãos como coração, fígado, rins e ovários, regulando o crescimento, a digestão e o metabolismo. Se

a tireóide não está funcionando adequadamente, em geral devido ao bócio, pode produzir em excesso esses hormônios (hipertireoidismo), ou em quantidade insuficiente (hipotireoidismo). O bócio (conhecido como "papo") corresponde a um conjunto de doenças da tireóide caracterizadas por um aumento perceptível no tamanho dessa glândula. Pode envolver toda a tireóide (bócio difuso) ou provocar a formação de um ou mais nódulos ou caroços. Essas alterações podem ser decorrentes de doenças hereditárias, de doenças auto-imunes,

da carência de iodo, de tumores benignos ou de malignos (câncer de tireóide).

O diagnóstico das disfunções tireoidianas é feito a partir de um exame de sangue, que dosa os níveis de hormônio estimulante da tireóide (TSH). Nos recém-nascidos, o exame que detecta o hipotireoidismo congênito (desde o nascimento) é o teste do pezinho, obrigatório e gratuito para todas as crianças nascidas no Brasil desde 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Saiba mais nesta edição sobre as disfunções da tireóide.



GUSTAVO ROTH/FOLHA IMAGEA

Teste do pezinho feito nos primeiros dias de vida detecta o hipotireoidismo congênito, que pode causar retardo mental

Hipertireoidismo — Hipotireoidismo

SINTOMAS – Em sua forma mais suave, o hipertireoidismo pode causar apenas sensação de desconforto e fraqueza. Quando se desenvolve, há um aumento na tireóide, que pode ser associado a alguns desses sintomas:

- ▶ taquicardia e irregularidade no ritmo das batidas do coração;
- ▶ nervosismo, ansiedade e irritação;
- ▶ mãos trêmulas e com muito suor;
- ▶ perda de apetite e intolerância ao calor;
- ▶ queda de cabelo e rápido crescimento das unhas, com tendência a descamação;
- ▶ fraqueza nos músculos, especialmente nos braços e coxas;
- ▶ intestino solto e grande perda de peso;
- ▶ alterações no período menstrual e aumento da probabilidade de aborto espontâneo;
- ▶ olhar fixo e protusão dos olhos (olhos saltados), com ou sem visão dupla;
- ▶ acelerada perda de cálcio dos ossos, com aumento do risco de osteoporose e fraturas.

CAUSAS – As mais importantes são:

- ▶ Bócio difuso tóxico (doença de graves), doença auto-imune. Os anticorpos estimulam a produção e a liberação de hormônios.
- ▶ Bócio multinodular tóxico (proliferação de diversos folículos da tireóide, formando nódulos, sendo alguns volumosos).
- ▶ Adenoma (nódulo único que causa produção excessiva de hormônios).

TRATAMENTO – O endocrinologista vai indicar o mais apropriado.

PREVENÇÃO – Não existe, mas a detecção precoce das doenças que causam o hipertireoidismo é importante para evitar conseqüências mais graves.

SINTOMAS – Depressão, desaceleração dos batimentos cardíacos, intestino preso, menstruação irregular, diminuição da memória, sonolência e cansaço excessivos, dores musculares, pele seca, queda de cabelo, ganho de peso, aumento do colesterol no sangue e intolerância ao frio. No recém-nascido é possível observar: choro rouco, hérnia umbilical, apatia, diminuição de reflexos, pele seca e pouco desenvolvimento.

CAUSAS – As mais comuns são: tireoidite de Hashimoto (disfunção auto-imune em que anticorpos danificam a tireóide); retirada cirúrgica da tireóide; tratamento com iodo radioativo ou com medicamentos que interferem na síntese e liberação dos hormônios da tireóide; e bócio endêmico (deficiência de iodo na alimentação). Uma em cada 4.000 crianças nasce sem a tireóide ou possui doença genética que a altera.

TESTE DO PEZINHO – O hipotireoidismo congênito é detectado pelo Teste do Pezinho ou Triagem Neonatal (exame de sangue feito entre o terceiro e o quinto dia de vida).

TRATAMENTO – É feito pela administração oral de hormônios por toda a vida. O tratamento inadequado ou o diagnóstico tardio podem causar as seguintes complicações: anemias; coronariopatia; hipertensão arterial; insuficiência cardíaca; distúrbios gastrointestinais, neurológicos, endócrinos, metabólicos e renais; disfunções respiratórias; alteração da concentração de lipídeos no sangue; glaucoma; e retardo mental severo, surdez e deficiência no crescimento em recém-nascidos.

Alimentação com iodo é essencial para o funcionamento da glândula

Uma das substâncias fundamentais para a produção do hormônio da tireóide é o iodo presente na alimentação. Assim, se a pessoa viver numa zona onde haja carência de iodo, a tireóide não vai fabricar o hormônio suicientemente e a hipófise vai estimulá-la para que supra essa deficiência. O resultado é o crescimento do bócio (indicativo do aumento de volume da glândula). Já o iodo em excesso faz com que o sistema de defesa do corpo cause a tireoidite auto-imune, na qual o organismo produz anticorpos contra a glândula de tireóide.

O sal de cozinha brasileiro é iodado (enriquecido com iodo) desde 1953 e, a partir de

1974, é obrigatória a iodação de todo o sal destinado ao consumo humano e animal (Lei 6.150/74). Em fevereiro de 2003, foi aberta consulta pública pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e a faixa de iodação foi ajustada para 20mg a 60mg por quilo (Anvisa – Resolução-RDC 130/03).

A recomendação diária de iodo para um adulto é de, em média, 0,15 mg (Portaria 33/98, da Anvisa). As gestantes e as nutrizes (mães que amamentam) têm uma necessidade maior – em torno de 0,22 mg por dia. Além do sal iodado, os alimentos fonte de iodo são os peixes e os frutos do mar e, dependendo da raça do animal, o leite.

Informações

Ministério da Saúde
Atendimento SUS: 0800 644-9000
Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br

Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN)
SEPN 511, Bloco C, Edifício Bittar IV, 4º andar 70750-543 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3448-8040
http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/def_iodo.php

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Disque Medicamentos:

0800 644-0644
www.anvisa.gov.br

Sbem - Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia
Tel.: (61) 3245-5544
www.endocrino.org.br

Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal (SBTN)
Tel.: (11) 5542-0604
www.sbtn.org.br

Genzyme do Brasil
Tel.: (11) 3868-9950
www.cancerdetireoide.com.br

Auto-exame ajuda a prevenir câncer

A maioria dos cânceres de tireóide pode ser tratada com sucesso, mas os exames devem continuar a ser pedidos pelo médico por toda a vida, pois até 35% dos cânceres de tireóide podem voltar, e um terço de todas as recorrências só vão surgir com mais de dez anos após o tratamento inicial.

PREVENÇÃO – As mulheres acima dos 35 anos devem fazer avaliações da tireóide a cada seis meses com endocrinologista ou ginecologista. Os tumores são mais comuns em pessoas a partir dessa faixa etária. Os homens são menos sujeitos, mas também podem ter a doença.

AUTO-EXAME – Não substitui os exames periódicos que seu médico pode pedir, mas é complementar.

- 1) Segurando um espelho de cabo, procure no seu pescoço a região da tireóide.
- 2) Estenda a cabeça para trás e focalize a região abaixo do pomo-de-adão pelo espelho.
- 3) Beba um gole de água e engula. Com o ato de engolir, a tiróide sobe e desce.
- 4) Observe se há alguma protusão ou nódulos na sua tiróide. Repita o teste várias vezes até ter certeza de não estar confundindo a tireóide com o pomo-de-adão.
- 5) Se notar protusões ou nódulos, procure seu endocrinologista.

Fonte: Genzyme do Brasil



Projetos de lei em tramitação

▶ Para estimular a iodação do sal de cozinha, tramita no Senado Federal o PLS 253/03, do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que dispõe sobre a dedução das quantias dispendidas com a iodação da base de cálculo do Imposto de Renda devido pelas indústrias beneficiadoras de sal.

▶ A Comissão de Educação do Senado aprovou projeto de lei (PLS 190/05) do senador Flávio Arns (PT-PR) que criou o Dia Nacional do Teste do Pezinho, a ser celebrado anualmente em 6 de junho. A decisão da comissão teve caráter terminativo. A proposta foi encaminhada

no último dia 8 para a revisão da Câmara.

▶ Outra iniciativa contra o hipotireoidismo neonatal é o PL 99/03, de autoria do ex-deputado Eduardo Jorge, e em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), segundo o qual os estabelecimentos públicos e privados que fazem partos poderão ser obrigados a realizar, nos recém-nascidos, exames laboratoriais para identificar as hemoglobopatias, em especial a anemia falciforme, a fenilcetonúria e o hipotireoidismo. O relator da proposta na CAS é o senador Papató Paes (PSDB-AP).